



FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WANESSA SUELY DA SILVA TEIXEIRA

**CAXEMIRA: XADREZ GEOPOLÍTICO E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA
SOBERANIA ENTRE 2016 E 2019.**

RECIFE-PE

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ- FADIC

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WANESSA SUELY DA SILVA TEIXEIRA

**CAXEMIRA: XADREZ GEOPOLÍTICO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA
SOBERANIA ENTRE 2016 E 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador:

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

RECIFE-PE

2020

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

T266c	<p>Teixeira, Wanessa Suely da Silva.</p> <p>Caxemira: xadrez geopolítico e os desafios na construção da soberania entre 2016 e 2019 / Wanessa Suely da Silva Teixeira. – Recife, 2020.</p> <p>55 f. : il. color.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares. Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020. Inclui bibliografia</p> <p style="text-align: center;">1. Caxemira. 2. Independência. 3. Descolonização. 4. Geopolítica. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti Soares. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.</p> <p>327 CDU (22. ed.) FADIC (2020.1-285)</p>
-------	---

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao povo Caximir, pela força e desejo incessante por liberdade e independência.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me guiar até aqui, por me ajudar a vencer cada obstáculo da vida e por me dar razões para continuar.

À minha amada mãe, Rosecleide Suely, por ser meu exemplo de mulher forte e guerreira que nunca abaixou a cabeça para as adversidades da vida, por me ensinar a lutar com honestidade e humildade e por sempre priorizar minha educação.

Aos meus avós maternos, Eunice Ferreira e Álvaro Pinheiro (In memoriam) por terem serem tão atenciosos e cuidarem de mim.

À toda a minha família, em especial minhas tias Wanda Fagundes (In memoriam), Cleonice Ferreira e minhas primas Helaine, Camila e Catharina pelo carinho e pelos incentivos.

Aos meus grandes amigos, Antônio Matias, Jessica Tavares, Marlusa Aquino, Maria Eugênia, Maria Eduarda, Natalia Monteiro, Lúyson Ramon e Tatiane Andrade por estarem ao meu lado em momentos importantes da minha vida, por sempre me incentivar e pelo amor que demonstram por mim.

Às minhas amigas e companheiras no NEARI, Mibsan, Julia e Priscila, pessoas maravilhosas e guerreiras cuja amizade quero levar pra vida toda. Bem como ao coordenador Antônio Lucena.

Aos amigos que fiz durante a faculdade, pela companhia e por compartilharem suas vivências comigo.

À todos os meus amigos que compartilham momentos maravilhosos comigo, em especial: Adynara, Karla, Ítalo, Renato, Sirlena e Tarlan.

Ao professor e ex-coordenador do curso de Relações Internacionais, Thales Castro, e ao diretor financeiro da mesma instituição, Dr. Eduardo, pela ajuda e apoio durante a graduação.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Pedro Soares, a pessoa que fez eu me apaixonar ainda mais por História, por ser tão paciente, atencioso, solícito, pela energia de luz que transmite e por ter me proporcionado uma infinidade de aprendizados.

Sou extremamente grata aos professores do curso de RI, Luciana Lira, Pedro Procópio, Luís Emmanuel, Artemis Holmes, Rodrigo Santiago, Jeanete Viegas e ao professor e atual coordenador Elton Gomes, por nos estimularem a sermos não somente ótimos profissionais, mas também pessoas melhores e conscientes de nossas ações no mundo.

A todos os funcionários da instituição, em especial Lea (tesouraria) e Mônica (Secretária), por participarem desse processo junto comigo e por serem sempre tão solícitos.

Minha imensa gratidão a todos!

RESUMO

A disputa pelo território da Caxemira é fruto de um processo de descolonização do Império Britânico que resultou na independência da Índia e Paquistão, onde foi traçado um marco de revanchismo que se prolonga até o presente momento nessa região. A partir dessa perspectiva, o presente trabalho analisa o significado geopolítico da Caxemira para Índia e Paquistão, bem como, verifica as percepções acerca da região no que tange a construção do processo de independência da Caxemira, culminando na consolidação de sua soberania. A teoria Pós Colonial foi utilizada para ampliar a compreensão histórica e suscitar a complexidade dos resultados da influência do Império Britânico nesse território. Por meio de pesquisa bibliográfica, revisão histórica e documental foi realizado o estudo exploratório sobre os impasses para a construção da independência da Caxemira frente à disputa territorial de Índia e Paquistão nos anos de 2016 a 2019, evidenciando como resultado um cenário de desafios futuros para o estabelecimento da autonomia da Caxemira.

Palavras- chave: Caxemira. Independência. Descolonização. Geopolítica.

ABSTRACT

The dispute over the territory of Kashmir is the result of a process of decolonization of the British Empire that resulted in the independence of India and Pakistan, where a framework of revanchism was drawn up that continues until the present moment in that region. From this perspective, the present work analyzes the geopolitical significance of Kashmir for India and Pakistan, as well as verifying perceptions about the region regarding the construction of the Kashmir independence process, culminating in the consolidation of its sovereignty. The Post Colonial theory was used to broaden historical understanding and raise the complexity of the results of the influence of the British Empire in this territory. Through bibliographic research, historical and documentary review, an exploratory study was conducted on the impasses for the construction of Kashmir's independence in the face of the territorial dispute between India and Pakistan in the years 2016 to 2019, showing as a result a scenario of future challenges for the establishment of Kashmir's autonomy.

Keywords: Kashmir. Independence. Decolonization. Geopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da atual região de Jammu e Caxemira	31
Figura 2: Mapa do território da Índia Britânica	32
Figura 3: Mapa dos territórios conquistados pelo Império Britânico	33
Figura 4: Principais guerras travadas na Caxemira	37
Figura 5: Hidrografia da região da Caxemira	41

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Deslocamentos populacionais após a partição e saldo de mortes devido às hostilidades.....	37
---	----

LISTA DE SIGLAS

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
TRI	Teoria das Relações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL	15
1.1. Teoria pós colonial	15
1.2. A teoria Pós Colonial e as Relações Internacionais	24
1.3. Breve abordagem geopolítica e as Relações Internacionais	26
1.4. Percepção do Pós colonialismo e a Caxemira	29
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO	30
2.1. O início de tudo	32
2.2. Influência do Império Britânico	33
2.3. A partição do Raj Britânico / Índia Britânica	35
2.4. Conflitos atuais na região da Caxemira	38
3. CAXEMIRA: UM JOGO DE XADREZ GEOPOLÍTICO.....	39
3.1. A ideologia do conflito além-território: Os Recursos Naturais	40
3.1.1 Incompatibilidades étnicas e religiosas.....	40
3.2. Relações indo-paquistanesas e a relação com a Caxemira: perspectivas atuais	43
3.2.1 Panorama do conflito de 2016 a 2017.....	44
3.2.2 Panorama do conflito de 2018 a 2019.....	45
3.3. A construção da independência da Caxemira	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
5. REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Conflitos territoriais como reflexo de conquista de poder ainda são atuais no mundo contemporâneo, modificando não apenas a geografia mundial, mas também refletindo nos aspectos políticos e estratégicos. Um dos conflitos que, historicamente, obteve a atenção da comunidade internacional é o da região da Caxemira, mas especificamente a região de Jammu e Caxemira, uma região disputada por Índia e Paquistão desde o período do processo da descolonização britânica na década de 1940.

É importante salientar que no passado, Índia e Paquistão já fizeram parte do mesmo arranjo político, decorrente de um processo de colonização por parte do Império Britânico, inclusive, é a partir da independência desses países que percebe-se uma maior instabilidade na região de Jammu e Caxemira. Essa instabilidade se dá por questões de cunho religioso, uma vez que, a Índia possui a maioria da sua população Hindu e o Paquistão maioria muçulmana, mas principalmente pela divisão do território, motivo este que resultou em guerras entre os dois países.

A Índia, na esfera atual, tem se firmado como um player no cenário internacional, transformando, juntamente com a China, os fundamento de poder em direção ao continente asiático. O Paquistão, por sua vez, também é um player importante na esfera internacional, principalmente no que concerne ao desenvolvimento de um programa nuclear no país.

Em 2016 ambos os países recusaram-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), juntamentente com Coréia do Norte, Myamar e Sudão do Sul. Tal ação implica o posicionamento dos mesmos frente ao cenário internacional e torna o contexto da disputa pela região de Jammu e Caxemira ainda mais delicado e preocupante no cenário internacional.

A ONU – Organização das Nações Unidas- tem demandado esforços na expectativa de pacificação do conflito, mas não tem alcançado sucesso. De acordo com a resolução nº47 do Conselho de Segurança da ONU, datada de 1948, deveria ser dada à população caxemiri o direito de decidir os rumos da situação política da Caxemira através de um plebiscito livre e imparcial a respeito do pertencimento da região à Índia ou ao Paquistão, ou ainda sobre a independência do território. Todavia, esse plebiscito nunca fora colocado em prática e a região foi agregada a Índia, contrariando a população local e as intenções do Paquistão. Nesta

mesma resolução, a ONU considera a probabilidade de risco a paz e a segurança internacional caso a disputa prossiga¹.

Na contemporaneidade, o assunto é relevante e pouco trabalhado no âmbito acadêmico. A descolonização relativamente recente das duas nações fora atrelada ao acesso a armas nucleares por ambas e vinculadas ao conflito da Caxemira. Dessa forma a temática torna-se importante e sensível no contexto do cenário internacional, no que diz respeito à dinâmica dos atores internacionais, reverberando em outros campos de conhecimento, como Segurança Internacional, Direito Internacional e Direitos Humanos.

A partir desse cenário desafiador, o presente trabalho busca analisar as condições para a consolidação de uma soberania na região de Jammu e Caxemira sob os parâmetros da relação Índia-Paquistão, partindo do processo de independência da coroa britânica com o objetivo de ampliar as discussões sobre o tema.

Este trabalho toma como objeto de análise responder a pergunta sobre quais os desafios que englobam a construção da soberania da região de Jammu e Caxemira tomando como recorte o período mais recente de 2016 até o *lockdown*² estipulado pelo governo indiano na região em 2019; e como esses problemas podem ser debatidos e interpretados no âmbito interno e externo partindo do pressuposto da história do nascimento do conflito na região da Caxemira e seus desdobramentos posteriores até a atualidade.

O recorte temporal escolhido, 2016 a 2019, faz jus ao período de intensificação do conflito posteriormente a ascensão de Narendra Modi ao governo indiano, fator que tensionou as relações indianas e paquistanesas devido à política ultranacionalista de Modi. Enfatiza-se ainda a relevância desse estudo para o campo das Relações Internacionais que se trata de trazer uma abordagem atual do conflito que se agrava potencialmente pelo crescente movimento de independência na região, tomando o sentido contrário dos interesses de Índia e Paquistão.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no 1º Capítulo consiste na imersão na corrente teórica Pós-colonialista no tocante a existência de um entendimento no que refere ao

¹ Resolução nº47 de 21 de abril de 1948 (p. 03). Informação retirada do site oficial da ONU: [file:///C:/Users/Rose%20Suely/Downloads/S_RES_47\(1948\)_ECS%20ONU.pdf](file:///C:/Users/Rose%20Suely/Downloads/S_RES_47(1948)_ECS%20ONU.pdf) acessado em 13/09/2019 (Tradução livre)

² Lockdown é um termo inglês usado para definir uma situação em que as pessoas não podem entrar ou sair livremente de um prédio ou área devido a uma emergência. Informação retirada do Cambridge dicionário virtual; Link de acesso: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/lockdown>; Acessado em: 11/05/2020. (Tradução livre).

contexto histórico. Tratar-se-á também as teorias geopolíticas para a compreensão do ‘Xadrez Geopolítico’ cerceado pelo interesse de Índia e Paquistão na região da Caxemira, que, por sua vez, torna-se um dos fatores preponderantes do enraizamento da disputa pela região.

O 2º capítulo é realizado uma contextualização histórica para enfatizar o entendimento das relações entre Índia e Paquistão e os desdobramentos para a questão da Caxemira. É importante a introdução em relação ao fato histórico que atrela ambos os países a partir do período de 1940 após a participação da Índia na Segunda Guerra Mundial, fator que desencadeou, posteriormente, na independência desta em 15 de agosto de 1947 e, por conseguinte, a do Paquistão, se libertando da dominação britânica de quase dois séculos. As relações Índia-Paquistão já se iniciaram de forma conturbada devido à disputa da Caxemira, chegando ao seu ápice durante o período da independência do chamado Paquistão do Leste, atual Bangladesh, e da corrida nuclear. Somado a isso, destaca-se também a relação entre ambas às nações com a ONU.

O 3º capítulo tratar-se-á da perspectiva do Xadrez Geopolítico que perpassa o conflito da Caxemira, dando destaque a relevância destes para assim realizar a análise do contexto da disputa e, por sua vez, responder a pergunta tema deste trabalho de pesquisa sobre quais seriam os impasses para a construção da soberania da região, aqui tratada sob o jus da independência, frente à disputa territorial entre Índia e Paquistão nos períodos mais atuais de 2016 (após a ascensão de Narendra Modi ao poder) até o lockdown imposto ao estado de Jammu e Caxemira em 2019 pelo governo indiano. Dentro da perspectiva apresentada também será atrelada os posicionamentos de organismos supranacionais como a ONU.

O argumento central que perpassa a pesquisa é a perspectiva da soberania, aqui tratada no que tange a conceitos de liberdade e independência, atrelada ao conflito da Caxemira e sob essa premissa abordar a importância desse estudo, principalmente no que concerne a países que passaram por processos de descolonização recente, com impasses territoriais não tão definidos, mas bastante conflituosos.

A metodologia aplicada nesse trabalho é a abordagem qualitativa com propósito explicativo. Uma vez que o objetivo desta pesquisa é analisar as particularidades do conflito da Caxemira, a fim de entender as especificidades deste partindo do arcabouço do seu aspecto multidimensional (histórico, geopolítico regional e internacional) abordando sua complexidade. A coleta de dados foi de maioria secundária orientada por meio de pesquisa bibliográfica e documental (livros, artigos, relatórios de órgãos supranacionais e internet) e revisão histórica.

1. ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL

A presente pesquisa terá como arcabouço teórico a teoria pós-colonial. A teoria pós-colonial nasceu como uma corrente moderna que tem como máxima a análise crítica da ação europeia nas regiões colonizadas, ou seja, a influência do colonizador acerca dos acontecimentos históricos, sociais e culturais do colonizado e, sobretudo, sua consequência na formação do cenário internacional. Tal como outras correntes teóricas, é definida por seu caráter fortemente crítico à teoria realista, tendo como principais aspectos corroborantes para tal, a partilha do continente africano, a independência do Raj britânico – ou subcontinente indiano- e as questões relacionadas às independências da América Latina, bem como o desdobramento dos episódios que findaram na conjuntura hodierna dos referidos continentes.

1.1 Teoria Pós-Colonial

Traçar especificamente a área teórica na qual estão agregados os estudos da escola pós-colonial não é um trabalho simples e talvez nem mesmo concretizável. O pós-colonialismo refere-se, portanto, a uma gama de contribuições com orientações diversificadas, mas que também possuem como interface comum o empenho em esboçar, através do método de desconstrução dos fundamentalismos, uma referência epistemológica crítica aos princípios dominantes de modernidade. Para tanto, alguns dos autores mais importantes dessa corrente são: Franz Fanon, Edward Said, Homi Bhabha, Stuart Hall, Gayatri Chakravorty Spivak, Ella Shohat, Chinua Achebe, dentre outros.

Segundo Elibio (2011, p.451), é fato que o século XX apresentou uma pluralidade de transformações a nível global. Essas mudanças se deram em diferentes níveis: cultural, social, político e econômico. Todo esse cenário é enfatizado pelo contexto da nova face da divisão internacional do trabalho somada a multinacionalização da relação produção- consumo, o esfacelamento das culturas acompanhado do multiculturalismo, a dissolução das fronteiras e a hipotética multipolaridade num enquadramento anterior de bipolaridade e, no passado, imperial. Foi um período caracterizado por uma alteração no cenário internacional, desencadeando a ascensão de um novo período, marcado também pela escalada de manifestações políticas e culturais eclodindo do contexto de pós-independência das colônias diante da dominação das metrópoles, especialmente Ásia e África, culminando em novas identidades e culturas, bem como expondo as assimetrias entre os antes colonizadores e atuais independentes.

É essencial, primeiramente, a compreensão do conceito de Colonialismo para assim fazer uma associação acerca dos enredamentos advindos do fim desse período. Loomba (2000) afirma que o período colonial traduz-se como um modo complexo e traumático definido por processos de opressão econômica, militar e cultural de uma sociedade sobre a outra como, por exemplo, as invasões europeias na Ásia, África e América, a partir do século XVI. O paradigma do colonialismo não se apresenta como recente na História da humanidade, tendo em vista que sociedades anteriores também fizeram uso deste. Todavia, diferente de outras colonizações da História das civilizações (gregos, persas, mongóis...), a promovida pelo colonialismo europeu no âmbito da modernidade, foi, sem dúvida, o mais prolongado tipo de contato colonial. Logo, segundo a autora, observa-se que o ‘regime’ colonizador modifica-se dependendo do território ‘conquistado’, porém seu caráter opressivo e desumano perdura em relação ao povo colonizado.

Diante disso, as premissas das teorias pós-coloniais surgem colaborando para o processo de ruptura de narrativas e discursos de cunho eurocêntrico e imperialista usados pelos colonizadores como forma de legitimação do ideal da colonização. “Os motivos econômicos da empreitada colonial já foram esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém mais acredita na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador”. (MEMMI, 2007, p.37). À vista disso, os princípios pós-coloniais analisam e constataam a relação binária opositiva entre as partes (colonizado e colonizador) com a finalidade de indicar as diversas facetas de dominação e opressão suportadas pelos povos colonizados.

Hall³ (2003) faz uma análise sobre o pós-colonialismo dialogando com diversos críticos a respeito do significado e dos limites do pensamento pós-colonial, salientando a relevância de decodificar as ligações e arranjos do poder no contexto da descolonização. Ainda segundo Hall (2003), a concepção da corrente em questão não está somente atrelada a descrição ou particularização de uma época ou sociedade específica. Contudo, o termo seria uma releitura da colonização como parte de uma retórica global, essencialmente, transnacional e transcultural, acarretando assim, uma reescrita descentralizada, difusa e ate mesmo universal dos grandes relatos imperiais do passado, que tinham aspectos centralizados na nação. Logo, ele não se resume a descrição de uma época ou sociedade específica, fazendo, sim uma releitura da colonização.

³ Teórico cultural e político, nascido em 1932 na Jamaica, que teve forte contribuição na corrente pós-colonial. Uma de suas grandes obras é *Da diáspora: identidades e mediações culturais*.

No que tange ao pensamento do autor, a palavra pós-colonial faz alusão ao mecanismo de descolonização que, bem como a colonização, foram eventos que marcaram de maneira profunda tanto as sociedades colonizadoras, quanto as colonizadas.

“Daí a subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, uma das primeiras contribuições do termo ‘pós-colonial’ tem sido dirigir nossa atenção para o fato que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrito nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrito na cultura dos colonizados” (Hall, 2003, p. 108).

Na visão de Hall, o pós-colonial não se atém apenas ao significado simples de uma sequência do antes/depois. O ciclo que parte desde o principio da colonização até os períodos pós-coloniais, não significam que os impasses do colonialismo se solucionaram de forma livre de conflitos. Entretanto, sob outro prisma, o pós-colonial aponta a modificação de uma conjuntura histórica de poder para a outra. Tendo em vista que, anteriormente as relações desiguais de exploração e poder se articulavam sob dicotomias dos eixos colonizadores e colonizados. Logo, “[...] Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global com um todo” (HALL, 2003, p.56). De acordo com o autor supracitado, a corrente pós-colonial está, sob certo aspecto, escondida por baixo do véu da ligação neodependentista entre os países e, dessa maneira, os que no passado foram colonizadores ainda mantêm influência em relação às antigas colônias, especialmente economicamente:

[...] a transição para o “pós-colonial é caracterizada pela independência” do controle colonial direto, pela formação de novos Estados-nação, por formas de desenvolvimento econômico dominado pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial e o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento (HALL, 2003, p.109 – 110).

O pensamento de Hall converge com a de Shohat⁴, quando o mesmo referencia a avaliação da autora apontando “para a ambiguidade teórica e política da teoria; sua multiplicidade vertiginosa de posições, seus deslocamentos universalizantes e anistóricos e suas implicações despolitizantes”. (SHOHAT Apud HALL, 2003, p.102). Atrela-se a isso o conceito de que o pós-colonialismo é “utilizado para marcar o fechamento final de um

⁴ Ella Shohat leciona nos departamentos de Arte e Políticas Públicas e Estudos Islâmicos e do Oriente Médio da Universidade de Nova York. Lecionou e escreveu extensivamente sobre questões relacionadas a abordagens pós / coloniais e transnacionais para estudos culturais. (Fonte: <https://tisch.nyu.edu/about/directory/app/1295710755-> Acessado em 25/05/2020).

período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente fechados”. (SHOHAT Apud HALL, 2003, p.102).

Não obstante, mesmo que essa relação binária de colonização se estabeleça de forma mascarada através de traços civilizatórios, entende-se que sua perpetuação se deu como uma relação desigual entre dois polos. Por conseguinte, o colonialismo no contexto de relação não igualitária perdurou também posteriormente ao advento das independências. Logo, a locução pós-colonialismo, dentro de um parâmetro temporal, aponta para o quem após o colonialismo. Supõe-se, portanto, partindo dessa premissa, teria um fim no que tange a relação de dominação. Contudo, sabe-se que o término do colonialismo não retratou o encerramento dessas relações opressoras e discriminatórias criadas no cerne das sociedades pós-coloniais, como afirma Hall (2003):

[...] o “pós-colonial” não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o “pós-colonial” marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. [...] No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais [...] no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo (HALL, 2003, p.56).

Outra composição importante e que deve ser explanada acerca da dicotomia pós-colonial apresenta-se na prerrogativa dimensionada à luz da Quijano⁵ (2009) sobre “colonialidade do poder”. Segundo o autor peruano “o padrão mundial de poder capitalista” é um dos princípios constitutivos dessa colonialidade. Ecolocação está atrelada à ascensão deste poder ao pensamento de modernidade, delineada a partir do território da metrópole (europeu).

Na ótica de Quijano:

A colonialidade do poder e a dependência histórico-estrutural implicam ambas a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva epistemológica. No contexto da colonialidade do poder, a população dominada, nas novas identidades que lhes haviam sido atribuídas, foram também submetidas à hegemonia eurocêntrica como maneira de conhecer, na medida em que alguns de seus setores puderam aprender a língua dos dominadores. Portanto, o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia (QUIJANO, 2009, p. 74-75).

⁵ Sociólogo, pensador e autor peruano, membro-fundador do grupo Modernidade/Colonialidade, foi um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial. (Fonte:<http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/579677-o-legado-de-anibal-qui-jano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado>- Acessado em 25/05/2020).

A narrativa do autor aborda uma questão importante a ser considerada: há uma unidade no que tange ao envolvimento, mesmo que de alguma maneira, diante da expansão global do capitalismo, ou mesmo como grifa “educados sob sua hegemonia”. Acerca dessa, a segmentação entre centrais e periféricos deve ser averiguada partindo das heterogeneidades e substanciais contingências das relações de poder nas quais cada grupo e indivíduo se encaixa, produzindo uma gama de posições no âmbito de cada nação e sociedade.

Said (1990), acerca da perspectiva pós- colonial, analisa uma abordagem a respeito da construção da imagem eurocêntrica, mística e do parâmetro de subalternização⁶ do Oriente pelas mãos do Ocidente. A ótica Ocidental é sinalizada por uma visão etnocentrista, imperialista e extremamente racista, sob a qual o europeu (Ocidente) simboliza a civilização, enquanto que o não europeu (Oriente) é conceituado como não civilizado, caracterizando assim a interpretação distópica e estereotipada do “Outro” (não europeu). Said alerta sobre a desconstrução que o Ocidente faz sobre o Oriente.

Segundo Said, o Ocidente desenhou a complexa construção da imagem peculiar sobre o Oriente atribuindo-lhe um contexto enigmático, exótico e, sobretudo, problemático. Tal imagem se apoia à sombra da tentativa de legitimar um discurso de que os europeus seriam política, cultural e intelectualmente superiores a outros povos. “O Oriental é irracional, depravado (caído), infantil, “diferente”; desse modo, o europeu é racional, virtuoso, maduro, “normal”.”. (SAID, 1990, p.50) Logo, a geração do Oriente teria interferência direta do Orientalismo. Em Said, “o orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado”. (SAID, 1990, p.51).

A noção de orientalismo trazida por Said explana a proposta de estudo dos pós colonialistas, como mostrado por Sérgio Costa:

“[...] O orientalismo caracteriza, assim, um modo estabelecido e institucionalizado de produção de representações sobre uma determinada região do mundo, o qual se alimenta, se confirma e se atualiza por meio das próprias imagens e conhecimentos que (re) cria (Costa, 2006, p.86).

A concepção do “Outro” como inferior e inábil são atribuídas como parâmetros para subalternizar e dar legitimidade a ideologia colonial como também a exploração de uma

⁶ Gayatri Spivak explica o termo subalternização como sendo “as camadas mais baixas da sociedade constituídas, pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (‘Pode o Subalterno Falar?’, SPIVAK, 2010:12)

sociedade sobre outra. Sob esse aspecto, Memmi (2007)⁷, mostra que o colonizador retrata o colonizado pautando um perfil acerca deste como um ser débil e preguiçoso. A partir de então se corrobora a imagem que trata os colonizados como inaptos para exercer o poder ou que estes não são dotados de capacidade de se autogovernar e, posto isso, reforçando a ideia de que os colonizados precisam que os colonizadores exerçam as atividades de agentes dirigentes. Portanto, nas palavras do autor “Nada melhor para legitimar o privilégio do colonizador do que seu trabalho; nada melhor para justificar a penúria do colonizado do que sua ociosidade. O retrato mítico do colonizado abarcará, portanto, uma inacreditável preguiça” (MEMMI, 2007, p. 117).

Memmi (2007) ressalta que a inexistência, por parte dos colonizados, da tradição de governar, uma vez que são colocados no papel de marginalizados do poder e, por esse motivo, não mostram interesse pelo assunto. O instrumento primordial nessa negação e marginalização desses indivíduos em acessar o poder é o racismo, pois tende a criar barreiras socioeconômicas, bem como raciais, para que os mesmos permaneçam sem essa possibilidade de acesso. “O racismo é a valorização, generalizada e definitiva, de diferenças, reais ou imaginárias, em proveito do acusador e em detrimento da vítima, a fim de justificar os seus privilégios ou a sua agressão” (MEMMI, 2003, p.119)⁸.

De acordo com Memmi (2007), o colonizador se mostra como ser dotado de sabedoria e valores supremos e se coloca como portador da ‘iluminação para os seres inferiores’: “Portador dos valores da civilização e da história, ele realiza uma missão: tem o imenso mérito de iluminar as infamantes trevas do colonizado” (MEMMI, 2007, p. 111). Esse contexto reforçaria para o colonizador seu caráter de dominação e, conseqüentemente a natureza de servidão do colonizado. “Por outro lado, como a servidão está inscrita na natureza do colonizado, e a dominação na sua, não haverá desenlace” (MEMMI, 2007, p.112).

Desse modo, segundo Memmi (2007), o pensamento do colonizador inicia o processo de internalização na consciência do colonizado que, por sua vez, se torna alienado e tende a normalizar as próprias ideias, identificando-se com os padrões míticos criado pelo colonizador: “Assim como a burguesia propõe uma imagem do proletário, a existência do colonizador demanda e impõe uma imagem do colonizado” (MEMMI, 2007, p. 117).

Memmi (2007) aponta ainda outra marca da despersonalização do colonizado quando aborda a coletivização desses indivíduos por parte do colonizador, esse processo segundo o autor seria a “marca plural”. Os colonizados jamais são enquadrados como indivíduos, mas

⁷ Obra Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador

⁸ Citação contida no livro O racismo (MEMMI, Albert).

sim são vistos sob a ótica de um “corpo coletivo” (“Eles são isto... Eles são todos iguais”) (MEMMI, 2007, p.123). Dessa forma, sob esse enfoque, o colonizado é desumanizado, tornando-se, portanto, objeto: “No limite, ambição suprema do colonizador, ele deveria passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador, isto é, transformar-se em colonizado puro” (MEMMI, 2007, p.124).

De acordo com Memmi (2007), ao colonizador é de extrema importância a necessidade de legitimidade, sendo assim, para que esta seja alcançada é indispensável que o colonizado internalize a imagem construída de si mesmo. Diante disso, a partir da negação do direito da liberdade de escolha, o colonizado não desfruta de saída para fugir de seu “estado de infortúnio” se não aceitar a imagem construída pelo colonizador. Portanto, contribui para legitimar essa imagem desenhada pelo colonizador. Posto isso, tem a adesão do colonizado à colonização. “Enfim, o colonizador nega ao colonizado o mais precioso direito reconhecido à maior parte dos homens: a liberdade” (MEMMI, 2007, p. 123).

Continuando nessa linha de pensamento, Franz Fanon⁹(2005), em sua obra intitulada “Os condenados da terra¹⁰” versa sobre a colonização e os devastadores efeitos desta sobre o colonizado, fazendo um aporte acerca do processo histórico da descolonização, bem como um panorama político e cultural que também abarca esses efeitos. Esse autor, um dos principais pensadores nessa corrente teórica, ficou conhecido tanto pelo movimento intitulado ‘terceiro-mundismo’ quanto pelos estudos pós-coloniais. O objetivo de Fanon é expor a complexidade e as consequências devastadoras decorrentes da colonização, bem como pontuar o processo de descolonização e seus efeitos, como o processo de violência, sobre a população.

Fanon (2005) faz uma abordagem acerca do contexto de violência acarretada pela colonização e, conseqüentemente, a proporcional violência absoluta decorrente da descolonização. Esta última gera uma transformação profunda no ser colonizado, isto é, a geração de novos indivíduos. Toda essa conjunção é atrela a alienação dos colonizados com o consentimento deles. “O indigenato é uma neurose introduzida e alimentada pelo colono nos colonizados com o consentimento destes” (FANON, 2005, p. 37).

⁹ Franz Fanon, nascido em 20 de Julho de 1925 em Forte France, Martinica. Psiquiatra, filósofo e cientista social, foi um dos pensadores mais relevantes e instigantes do século XX e um dos principais estudiosos sobre os males do colonialismo, cujas obras influenciaram diversos movimentos políticos e teóricos, reverberando como referência essencial nos estudos culturais e pós-coloniais. (Fonte: <https://www.geledes.org.br/20-de-julho-de-1925-nascia-frantz-fanon/>)

¹⁰ Les Damnés de la terre título original (tradução: Os condenados da terra) foi publicado em fins de novembro de 1961, pelas Éditions François Maspero, quando Franz Fanon já estava doente de leucemia. Fanon morreu em 8 de dezembro de 1961 aos 36 anos. (Texto obtido através do Prefácio à edição de 2002 por Alice Cherki no livro supracitado. Fanon, Franz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2005).

Segundo Fanon (2005) o papel do colono é a degradação do colonizado e essa degradação se dá sob diversas vertentes, entre elas a violência como instrumento de desumanização e criação do sub-homem. “A violência colonial não se atribui apenas o objetivo de controlar esses homens dominados, ela procura desumanizá-los” (FANON, 2005, p. 32). Dentro dessa conjectura o autor evidencia a violência se cura pela violência quando versa:

“[...] as marcas da violência nenhuma doçura apagará, só a violência que pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose colonial expulsando o colono pelas armas. Quando sua raiva estoura, ele reencontra a sua transparência perdida [...]” (FANON, 2005, p. 38-39).

A análise crítica ao processo de descolonização que busca unificar esses dois universos e conceber uma nação “heterogênea”, é um dos pontos da reflexão de Fanon. De acordo como o autor uma verdadeira descolonização abarca:

“Abater um europeu é matar dois coelhos com uma só cajadada, suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez sente um solo *nacional* sob a planta dos pés” (FANON, 2005, p. 39).

Existe, portanto nessa linha de pensamento, a ideia de que uma transformação social fundamental não ocorrer sem violência, pois através desta se daria o triunfo dos descolonizados:

“Os últimos serão os primeiros. [...] Se os últimos devem ser os primeiros, só pode ser em consequência de um enfrentamento decisivo e mortífero dos dois protagonistas. Em vontade afirmada de trazer os últimos ao começo da fila, de fazê-los subir (numa cadência rápida demais, dizem alguns), os famosos degraus que definem uma sociedade organizada, só pode triunfar se são jogados na balança todos os meios, inclusive, é claro, a violência. [...] esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta” (FANON, 2005, p.53).

O sentimento contínuo de culpa que o colonizado se atribui, a inferiorização a qual este fora subjugado, a história que é sempre contada sob a ótica dos vencedores se somariam como elementos que estimulam o povo a tomar partido na luta por sua libertação. No pensamento apresentado na obra de Fanon, a revolta existente neles (colonizados) é drenada, quando desordenados, por meio de manifestações religiosas, culturais ou mesmo resulta na violência entre si.

Gayatri Chakravorty Spivak, teórica indiana, é uma das mais importantes críticas do movimento pós-colonial, que, falando de forma geral, propõe-se a questionar os princípios da ciência e filosofias europeias à luz dos ensaios e da sapiência advindas dos sujeitos subalternos dos territórios coloniais. Autora da obra “Pode o Subalterno falar?” Spivak (2010) introduz os subalternos como grupos não são detentores do direito à voz por terem sido postos num patamar inferior, onde sua humanidade não fora reconhecida por fazerem parte do conjunto “daqueles que não importam”.

Spivak (2010) faz um crítica a Foucault e Deleuze no que tange a maneira como os referidos autores pensam o indivíduo subalterno, principalmente o do Terceiro Mundo, como estes agravam a fala do intelectual e, conseqüentemente, sua relação com o hegemônico e com o subalternizado e a respeito do papel do intelectual quando fala: “O Outro como sujeito é inacessível para Foucault e Deluze” (SPIVAK, 2010, p.54).

Ainda dentro dessa abordagem Spivak (2010) versa que o colonizado não possui voz ativa e representação por si próprio, mas através da leitura dos intelectuais que idealizam a identidade desse “Outro” colonizado e subalterno. O sujeito colonizado é, portanto, categorizado como “Outro”, isto é, aquele que se encontra à margem do Ocidente (europeu) e para Spivak isso já se trata de uma agressão no contexto de representação.

“É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de poder e desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo que leem – crítico ou não – esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa” (SPIVAK, 2010, p.45-46).

Spivak (2010) também faz menção de forma eloquente sobre a “violência epistêmica” apontando que esta raramente seria gerada no âmbito da filosofia do “velho continente”. Essa “violência epistêmica” seria, de certa forma, uma ampliação da estrutura de domínio no que tange ao controle e a ocidentalização do saber, ou seja, o contexto da criação do “Outro” criaria identidades e, conseqüentemente, contradições. Spivak diz:

“O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subje-tividade” (SPIVAK, 2010, p. 47).

Em suma, para Spivak (2010), o subalterno é advindo da manifestação dominante do colonizador. Não obstante também, Almeida (2019) à luz do pensamento de Prakash diz que:

“No que se discute sobre a relevância de ensaios embasados na teoria pós colonial, pode se afirmar que o intuito não é de apenas mergulhar na história do colonialismo para registrar as dominações, mas rastrear as falhas, silêncios e deslocamento advindos desse domínio, marcando também as posições e conhecimentos dos subalternos que não poderiam ser reconhecidos e nomeados ao longo da história, se restringindo apenas a normalização imposta pelos discursos coloniais” (PRAKASH¹¹,1995 Apud ALMEIDA, 2019, p.30).

Percebe-se, portanto, a importância da introdução dos estudos postulados pelo pós-colonialismo como forma de desestruturar e romper com o pensamento colonial, partindo do pressuposto da relevância e necessidade da eclosão de novos lugares de fala, bem como pluralidade de vozes para quebrar a voz unida e hegemônica do colono e dar fim à omissão que perdurou por séculos.

1.2 A teoria Pós Colonial e as Relações Internacionais

As Teorias das Reações Internacionais (TRI) carregam como um dos cerne o estudo do Sistema Internacional, tentando compreender o comportamento de seus atores partindo da sua origem. Com o passar do tempo, tais teorias revelaram pouca vontade no que tange ao interesse pela historicidade, elegendo um estudo sistêmico do contexto internacional.

De acordo com Castro (2016), as teorias da RIs têm como essencialidade retratar de maneira sintética o agir e o pensar dos atores nela inseridos no que concerne à relação destas com o externo. Ainda conforme esse autor “toda teoria de Relações Internacionais é, verdade, uma forma de saber internacional. (...) Representa a maneira organizada de compreender, explicar e decifrar o mundo, revestindo-lhe de cognoscibilidade” (CASTRO, 2016, p.311).

Essa perspectiva atemporal sobreviveu até o final da Guerra Fria que, por sua vez, proporcionou ao estudo das RIs uma iniciativa epistemológica na busca por novas temáticas e debates. A partir de então emergiram novas teorias para explorar os acontecimentos que rodeiam o SI, boa parte dessas também provenientes das Humanidades (ou Ciências Humanas e Sociais), como por exemplo: A teoria Pós-Colonial, a Teoria Crítica e o Feminismo. O fundamento dessas teorias é a busca da desconstrução, bem como realizar uma análise crítica acerca dos pressupostos tradicionais, principalmente do *mainstream* do SI, que é estruturado por uma construção centrada no Estado, patriarcal e colonial.

¹¹ Prakash (Apud Almeida, 2019, p.30) aponta como dicotomias relacionadas ao pós-colonialismo na obra intitulada *After Colonialism* seguintes atores: o colonizador e o colonizado, o ocidental e o oriental, o civilizado e o primitivo, o científico e o supersticioso, o desenvolvido e o subdesenvolvido.

Segundo Nogueira e Messari (2005), a contribuição do pensamento pós-colonial proporcionou uma nova visão às disciplinas de Relações Internacionais, não somente no contexto da Literatura, mas também transbordando para várias disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, isso julgando-se também o surgimento de novos atores dentro do Cenário Internacional, aparentemente com características comuns de soberania aos demais Estados, porém com dificuldades na sua concepção e desempenho. Os autores caracterizam os estudos pós-coloniais como transgressor de fronteiras para gerar debates desacreditados pelas teorias convencionais dentro da RIs, e portanto, estabelecendo novas relações e conversando com outras áreas de estudo.

Sob esse aspecto citado acima, Nogueira e Messari falam:

As relações entre colonos e colonizados, as relações entre ex-colônias e ex-metrópoles e as relações entre imigrantes e hóspedes, seja na imigração interna seja na externa, impuseram novos desafios a uma disciplina ancorada na distinção entre o interno e externo, o doméstico e o internacional. Dessa forma, os estudos pós-coloniais são estudos de fronteiras: entre disciplinas; entre grupos nacionais e étnicos; entre incluídos e excluídos. O movimento pós-colonial transgride as fronteiras e as questiona para poder estabelecer novos espaços e novas relações” (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 228).

Numa conjuntura geral, o pós-colonialismo é um agrupamento pluridisciplinar de teorias das Ciências Sociais e Humanas que estuda as ligações de poder entre colonizador e colonizado. As desigualdades entre estes é originada do colonialismo e também do imperialismo europeu, bem como da dominação das metrópoles, da violência e do uso exploratório da mão de obra colonizada e escrava, e também da maneira que o Ocidente foi concebido como o sujeito único da história e a criação do Oriente como “os Outros” pelo Ocidente (SPIVAK, 2010; SAID 1990). O pós-colonialismo também abarca outra discussão central acerca da construção da noção de raça usada como meio de hierarquização e subordinação entre sociedades, nas quais o homem branco é representado como ideal que o homem negro busca se igualar pondo sobre si uma “máscara branca” (FANON, 2008).

Os estudos pós-coloniais fazem um questionamento acerca das características do SI e também criticam a análise pós-moderna. Segundo Nogueira e Messari (2005), a crítica ao pós-modernismo tem ênfase em cinco pontos: a exposição de uma perspectiva exclusiva e auto referencial do Ocidente situação que acaba privando os demais de uma narrativa própria; a preocupação do pós-modernismo com as práticas de representação e significado tendo em vista que negligencia experiências físicas e sofrimentos advindos de guerras, por exemplo; as escolhas dicotômicas dos pensadores pós-modernos que impossibilitam a ação por imporem

os mesmos limites que são dados ao pensamento positivista; a subjetividade demonstradas pelos pós-modernos, pois estes colocam o Ocidente como ator e narrador exclusivo, enquanto que o resto do mundo assume apenas um papel reativo as ações do primeiro, privando-os de perceber sua complexidade e de narrativa própria; e, por último a falta de oferta de alternativas concretas por parte do pós-modernismo o que impossibilita, na ótica pós-colonial, a ação política. A crítica final é que o pós-modernismo não impulsionaria mudanças ou provocaria transformações significativas num contexto soberano (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 229-230).

O universalismo contido nas RIs se explica através da prerrogativa da racionalidade, que também atua no âmbito binário onde o Ocidente estigmatiza o Oriente. Todavia, à teoria pós-colonial, é atribuída o papel de questionar conceitos centrais amplamente utilizado nos estudos das RIs expondo suas carências e insuficiências, bem como questionando e problematizando a discussão da soberania, somando, assim, novas perspectivas para a área como um todo (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 230).

1.3 Breve abordagem geopolítica e as Relações Internacionais

Esse tópico tem como função mostrar a integração de forma breve e objetiva da Geopolítica com as Relações internacionais.

A História e a Política estão ligadas à Geografia, tendo em vista que quando as prerrogativas do Direito Internacional não existiam, questões relacionadas às conquistas de territórios eram resolvidas no campo de batalha. Impérios de grande relevância na antiguidade como os europeus (Império Britânico, por exemplo) ou orientais, são exemplos das políticas de conquista da época visando a constituição de um único, enorme e soberano reino.

A Geografia se conecta com a política em, praticamente, todos os contextos da História, como exemplo podemos citar a constituição de Impérios e Estados. Renouvin e Duroselle (1967, p.11-34) versam sobre a relevância da Geografia nos estudos das Relações Internacionais examinando os fatores geográficos como “as forças profundas”. Segundo esses autores:

“O estudo das relações internacionais, quer aplicado às relações entre os povos, quer às relações entre os Estados, deve levar em linha de alta consideração essas influências do meio físico, quase sempre sensíveis no comportamento dos povos, nos contatos comerciais ou políticas e no respectivo poder dos Estados” (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 11).

Dentre os fatores geográficos relevantes sob a ótica dos geopolíticos, os autores abordam a discussão a respeito das qualidades e dos recursos observados num dado território, discorrendo acerca do papel do relevo, da influência do clima, da hidrografia, bem como da qualidade dos solos, ou seja, a posição estratégica do território, acesso ao mar ou controles dos limites territoriais são fatores determinantes para avaliar o peso de um Estado no sistema internacional de poder.

“Em todas essas ocasiões, as preocupações estatais de poder, de segurança ou de prestígio, e as forças sentimentais encontraram sua expressão, a despeito das condições geográficas. Por toda parte as violências exercidas pelo meio físico diminuíram sensivelmente, como resultado das iniciativas tomadas pelo homem” (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p.34).

Sob esse aspecto, busca-se mostrar a extrema relevância dos fatores geográficos no encadeamento histórico. De acordo com Hassinger (1958), a Geografia não se reserva a um papel meramente figurante junto a História, mas de complementariedade quando fala “a Geografia não se restringe, frente à História, a um papel de servidora, desempenhando papel de fundo e de funções acessórias, mas sim que intervém com caráter estruturante nos dramas que se representam no cenário humano” (HASSINGER, 1958, p.13).

Portando, Hassinger (1958) aponta um desfecho antagônico do exposto por Renouvin e Duroselle, a saber:

“O homem não pode subtrair-se em absoluto à ação das condições naturais, políticas e culturais de seu espaço vital. Essas condições são dadas, fixas, ainda que possam modificar-se constantemente em seus efeitos com o quadro espacial da humanidade e também com seu progressivo desenvolvimento cultural. Através desse muda-se a paisagem; porém o homem muda também dentro da paisagem por ele transformada. A vitória sobre a natureza, da qual com frequência se jacta o homem civilizado, é uma ilusão no sentido de que, se bem que seja certo que com seus avanços técnicos supera resistências naturais, a realização desses avanços e a medida do esforço necessário são sempre ditados pela natureza (HASSINGER, 1958, p. 19).

Um componente importante para complementar a compreensão dos fatores geográficos é a associação estreitada com o poder do Estado. Logo, é importante que a Geopolítica assimilada por essa ótica. Seria, dessa forma, uma teoria do poder. À vista disso, a assimilação dos fatores geográficos são mecanismos auxiliares na formulação de políticas buscando o fortalecimento do Estado frente a seus aliados e inimigos.

Assim, os recursos físicos dos territórios jamais foram desconsiderados, até nos períodos em que a Geopolítica sequer era associada. Na história mundial, muitos impérios

fizeram uso do meio ambiente para ter uma boa performance nas relações bilaterais ou multilaterais como prerrogativa para a expansão de seus domínios territoriais. Pode-se utilizar como exemplo Napoleão Bonaparte que colocava que “o poder dos Estados esta em sua Geografia”.

Autores renomados como Antônio Gramsci destaca a importância dos fatores geográficos fazendo uma ligação destes com as políticas de poder. Segundo Gramsci (1968, p.191) existe requisitos importantes para qualificar uma grande potência, o que funcionaria como características de diferenciando entre os que têm mais e menos poder. São eles: dimensão territorial, força militar e força econômica. Não obstante, Gramsci atrela a esses fatores de maneira imponderável e adicional a importância da posição ideológica do Estado. Acerca destas variáveis o autor diz:

“A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico. Deve-se considerar concretamente no elemento territorial a posição geográfica. Deve-se distinguir na força econômica a capacidade industrial e agrícola (forças produtivas) da capacidade financeira... Estes elementos são calculados na perspectiva de uma guerra. Dispor de todos os elementos que, nos limites do previsível, dão segurança de vitória, significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater” (GRAMSCI, 1968, p. 192-193).

Ratzel (1987 Apud Costa 2008) abarca o senso geográfico, ou “Estado territorial”. Ratzel empresta a ideia de organismo para explicar que o Estado, visto aqui como vivo, tende ao comportamento “segundo as leis que regem os seres vivos”. Logo, o poder dos Estados tem que estar amparado em sua geografia.

“O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo uma superfície terrestre” (Ratzel, 1987 Apud Costa 2008, p. 35).

O advento da 2ª Guerra Mundial pode ser visto como marco para as RIs, tendo em vista a Geopolítica fora utilizada dentro do arcabouço da ampliação de território de um Estado (Alemanha), desconstruindo fronteiras e soberanias, conquistando por meio do uso da força.

No que concerne a análise em termos históricos, Tams (1983, p.73-104) faz uma abordagem a respeito influencias da Geopolítica no âmbito da política internacional destacando que: “A geografia é uma constante na formulação da política internacional e da doutrina estratégica”. A geopolítica é, portanto, vista por esse autor como “os estudos que

investigam o elemento geográfico das relações internacionais”. Seguindo esse parâmetro de pensamento, Atécio (1975) faz uma conceituação ampla ao que tange a Geopolítica:

“Geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. Guia o Estadista na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar na preparação da defesa nacional e na condução estratégica: ao facilitar a previsão do futuro mediante a consideração da relativa permanência da realidade geográfica lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes” (ATÉCIO, 1975, p. 41).

A Geopolítica da contemporaneidade recebe a influência de diversos fatores como e talvez principalmente, o advento da globalização, internacionalização das economias e fronteiras. Paradoxalmente, o cenário de globalização eclode e acirra movimentos nacionalistas, resultando no cenário de rompimento de grandes quantidades de conflitos localizados por divergências regionais e/ou internas, como é o caso, por exemplo, do conflito entre Índia e Paquistão que disputam o domínio da região da Caxemira.

1.4- A percepção do Pós Colonialismo e a Caxemira

O colonialismo deixou marcas profundas nas regiões que antes foram dominadas e muitos desses traços são sentidos até a atualidade, pois reverberaram na eclosão de conflitos regionais. Os estudos pós-coloniais desenvolveram um amplo campo para explicar os impactos da colonialidade nesses indivíduos e como isso reflete nas questões políticas, sociais e culturais dessas sociedades subalternizadas. Analisando a conjuntura posterior à descolonização percebe-se que conflitos regionais se tornaram protagonistas nas Relações Internacionais, um exemplo disso é a disputa pela região da Caxemira. A perversidade da violência vivida pelos indivíduos colonizados reflete na forma como estes lidam com a violência dentro dos seus territórios.

Fanon (2005) ressaltou as consequências da submissão dos povos diante do colonialismo que ele trata também como um processo de “descolonização de ser”, bem como abarca a violência como mecanismo de alienação “por um mundo dominante que subverte e altera tanto as coletividades quanto os sujeitos, em seu devir pessoal” (FANON, 2005, p.13). À luz da atualidade, a violência vivenciada regionalmente em ex-colônias frisa, ainda segundo o autor, uma “dissimetria de forças”, visto a tentativa de sobrevivência das sociedades frente ao contexto de uma ‘nova colonização’. A ótica da globalização tende a renovar

continuamente a manutenção de parâmetros de “humilhação e esmagamento subjetivo” desses povos resultando, segundo Fanon (2005), no sustentáculo de cenários de “[“sem”]:sem-pátria, sem-território, e também sem-teto, sem-trabalho, sem-documento, sem-direito a um espaço de palavra” (FANON, 2005, p. 20).

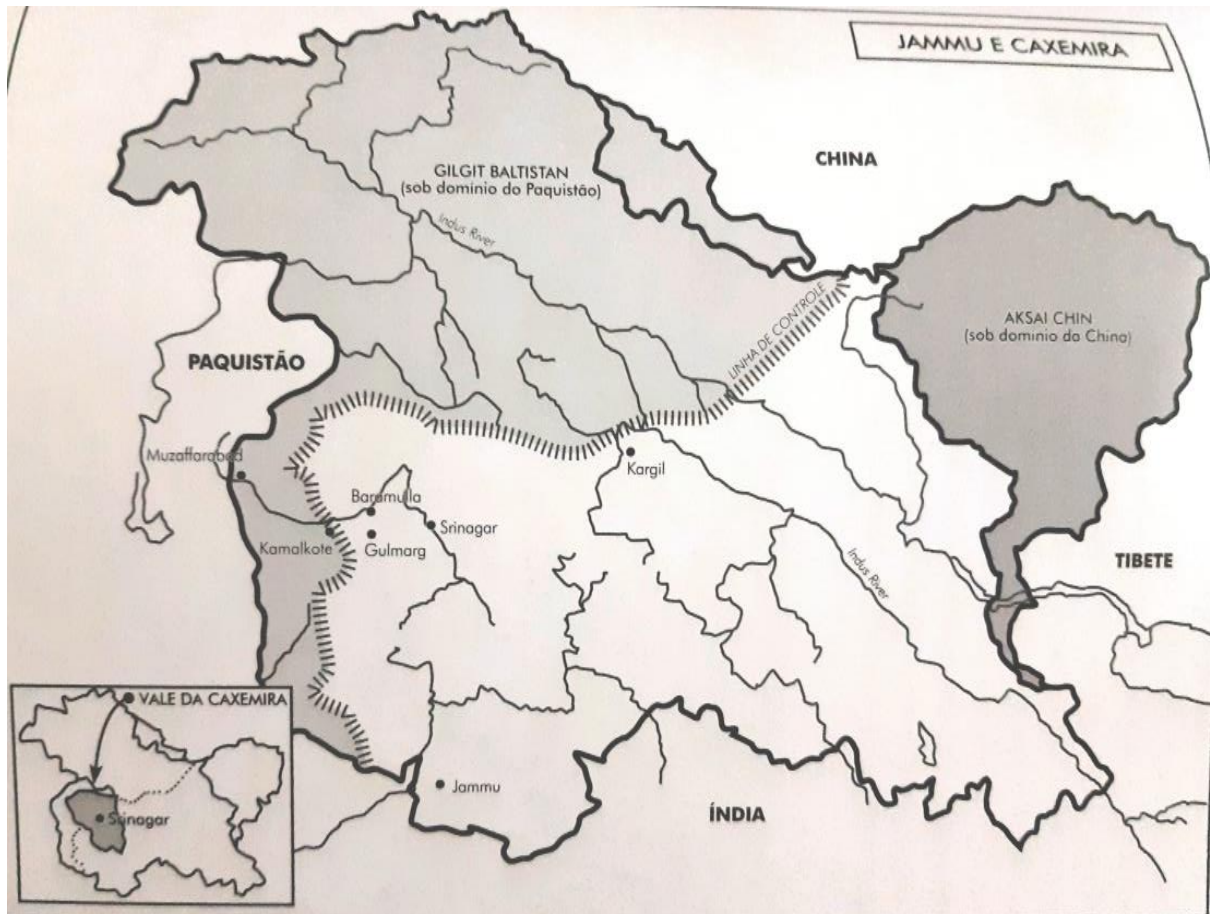
Logo, sob a ótica dos estudos pós-coloniais, os Estados indiano e paquistanês não enxergam um ao outro como igualmente soberanos, mas sim como subalternos e, de certa forma naturalizam essa subalternidade e enfatizando as marcas das amarras do eurocentrismo compreendido por “um universalismo, pois propõe a todos a imitação do modelo ocidental como única saída aos desafios do nosso tempo” (AMIM, 1988, p.8).

A região da Caxemira é considerada em litígio e se encontra em meio a uma disputa entre Índia e Paquistão (duas ex-colônias), agravando o resultado de uma descolonização desastrosa efetuada pelo Império Britânico. Acerca disso, Fanon (2005) traz a reflexão de que “o colonizado é um perseguidor que sonha permanentemente tornar-se perseguido”, esse seria um dos legados negativos do colonialismo. Não obstante, a ascensão de governos ultranacionalista injetou mais tensão à situação. O capítulo a seguir tratará da contextualização histórica da região e como nasceu o contexto da disputa.

2- ABORDAGEM HISTÓRICA

A Caxemira é uma região que está situada na junção entre Índia, Paquistão, Afeganistão e China, bem como às Montanhas do Himalaia. O território, que faz parte de um antigo estado principesco da Índia britânica com área total de 86.023 milhas quadradas, era considerado pelos imperadores Munghal como paraíso. Todavia, a Caxemira se tornou um paraíso perdido. Sua população está presa na corrente de uma amarga disputa entre dois players globais da atualidade, Índia e Paquistão. Essas disputas se tornaram ponto focal do conflito, eclodindo em fortes combates regionais: três guerras foram travadas pela hegemonia sobre a região da Caxemira (BOSE, 2004).

Figura 1- MAPA DA ATUAL DA REGIÃO DE JAMMU E CAXEMIRA



Fonte: (COSTA, 2012, p. 213)

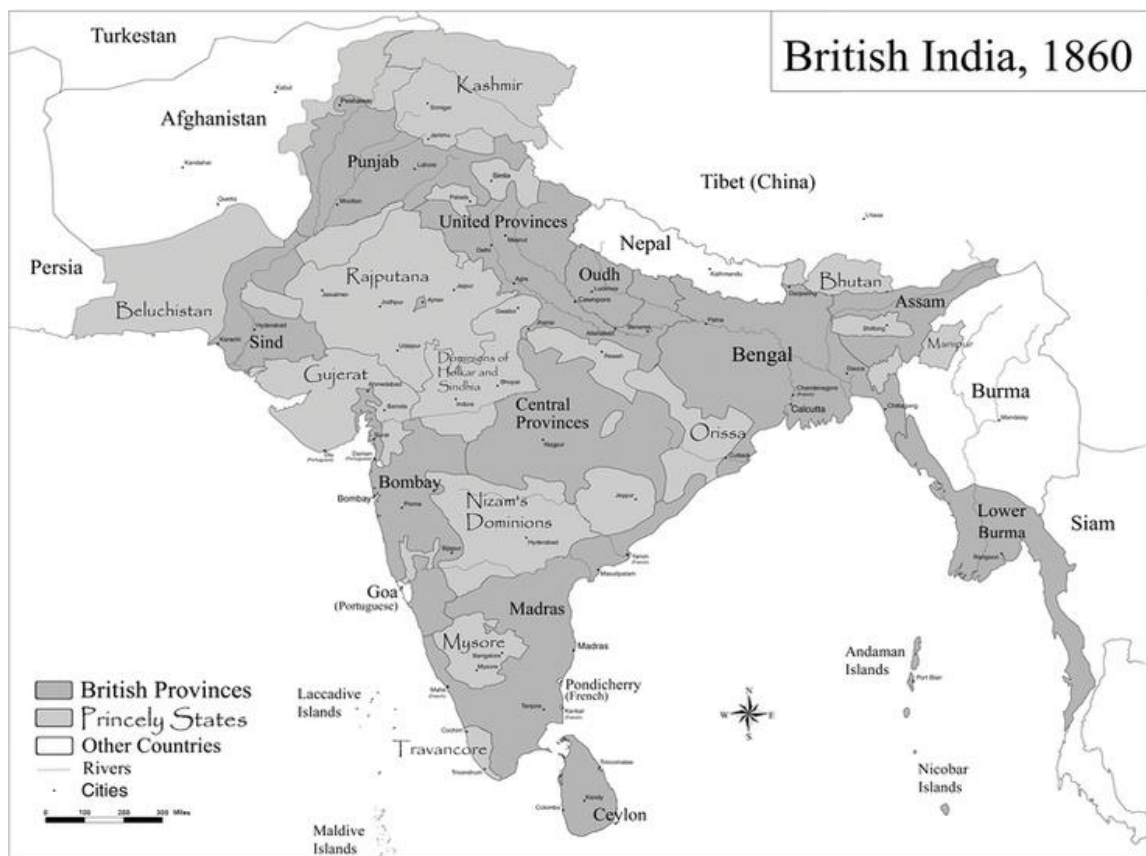
A figura 1 corresponde à Caxemira dividida: uma parte na Índia, outra no Paquistão e outro pedaço na China. Para compreender o cenário da disputa pela região da Caxemira é importante uma breve contextualização histórica acerca da dinâmica da região a partir do processo de descolonização do subcontinente (colônia britânica) acarretando na subdivisão do Raj Britânico¹², originando os territórios de Índia e Paquistão, em 1947. Tendo como ponto de partida essa partição, todos os territórios e principados que formavam a colônia britânica se anexaram à Índia ou ao Paquistão.

¹² O mesmo que Índia Britânica. Era caracterizada por toda a região da localidade que formava um mesmo território de dominação inglesa até 1947.

2.1- O início de tudo

Tudo aquilo a que se chama Índia britânica que na verdade era muito além do que a Índia de hoje em dia, o território era uma colcha de retalhos, porém ainda não era uma unidade política. Quando o Reino Unido conquistou essa região, a mesma era repleta de diferentes principados e reinos, e o Reino Unido assumiu o controle direto sobre algumas dessas regiões e indireto sobre outras como forma de protetorado. Muitas vezes, mantinha-se o governo local e o governante fazia uma espécie de linha de frente, mas o que se relacionava com a economia e a defesa eram deixados a cargo do Império britânico, dependia de cada caso (GANGULY, 2001).

Figura 2- MAPA DO TERRITÓRIO DA ÍNDIA BRITÂNICA



Fonte: awesomestories.com

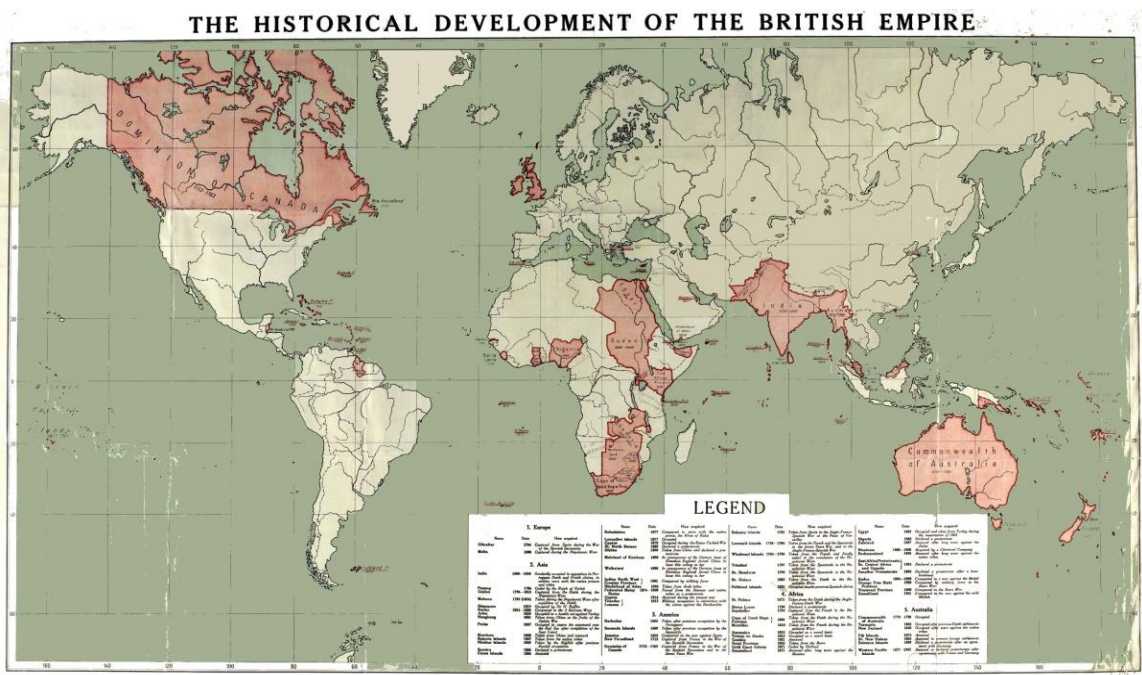
A figura 2 acima é uma representação do território indiano em 1860, ainda como colônia britânica e antes da divisão acarretada pelo processo de independência. Então, tudo

que hoje é Bangladesh, Índia, Paquistão e até um pedaço de Mianmar, era um uma grande rede de pequenos estados que o Reino Unido foi conquistando ou de alguma forma influenciando. Logo, o que se nomeava Índia britânica não era só uma colônia, mas o completo enredamento de protetorados coloniais. Segundo Oliveira (2018) “A Europa investiu em um quesito: colonizar. (...) garantindo-os uma administração soberana política do território encontrado, bem como usufruir toda e qualquer riqueza encontrada ali.” Seria, portanto uma forma de dominação e imposição de uma superioridade europeia.

2.2- Influência do Império britânico

O Império Britânico foi, no século XIX, conhecido como uma grande potência mundial, mantendo um dos maiores impérios da história. O cume alcançado pelo império ficou famoso como Era Vitoriana. Foi uma época fulgência no âmbito econômico ao longo do reinado da rainha Vitória (1837-1901). Sua importância e o tamanho eram tantos que se dizia que o sol nunca se punha no Império Britânico, expressado bem sua imponência global na época. A expansão das rotas marítimas britânicas estabeleceu-se de fato e a Índia se tornou a grande joia britânica, sendo o principal território colonial de produção e fornecimento do comércio. A figura 3 representada no mapa abaixo demonstra a dimensão do domínio britânico no período vitoriano, cujo domínio se expandia por quase todo o globo.

Figura 3 – MAPA DO DOS TERRITÓRIOS CONQUISTADOS PELO IMPÉRIO BRITÂNICO



Fonte: globalsecurity.org/2020

Segundo Fernandéz (2016-2017) no artigo Império Britânico: *La India Victoriana* (1837-1901), a Índia era vista como a ‘joia da coroa’ para os britânicos, ainda no patamar de colônia e sua importância era peça essencial no âmbito de estratégia global (geoestratégico) e no que tange a economia (geoeconômico), ou seja, território indiano era, de acordo com Hobsbawn (1992), o cerne da estratégia do Império Britânico.

No ano de 1600 o domínio britânico sobre a Índia inicia-se com a criação da Companhia das Índias Orientais, que recebeu a permissão da Coroa inglesa o monopólio comercial com a Índia. Segundo Guimarães (2010, p.56), o acentuado êxito comercial e a ascensão do envolvimento na política interna da coroa britânica transformaram a Companhia no cerne de grandes batalhas políticas e disputas comerciais na Inglaterra durante os séculos XVII e XIX. Diante disso, a condução da Companhia no subcontinente indiano passou a se tornar a maior entidade colonial global, devido a sua diversidade territorial e por ser vista como um mosaico cultural. De acordo com Pouchepadass (2004, p. 302), a Companhia buscou, no início de seu controle sobre a região, subjugar a Índia sem modificar ou desmantelar suas estruturas econômicas, políticas e sociais pré-existentes e sim utilizá-las para atender seus interesses de hegemonia colonial. Todavia, isso não ocorreu.

De acordo com Alves, Ponté e Aparecido (2019), a região característica do subcontinente indiano sempre foi constituída por uma pluralidade de caráter étnico, linguístico e, sobretudo religioso. Diante dessas premissas a ideia de uma política de unificação dessas vertentes era difícil de ser concebida. Entretanto, a dinastia Mughal desenhou um projeto com intuito de sintetizar os diferentes grupos, mas especificamente a partir do reinado de Akbar. No seu domínio, Akbar teve êxito por meio da utilização de sincretismos religiosos de componentes muçulmanos e hindus. A utilização de políticas de fundamentos pan-religiosos foi importante para a unidade ser consolidada. Todavia, essa unidade viria sua potencialidade diante da ascensão Aurangzebe, neto de Akbar, de fundamentação sunita, este orquestrou uma exclusão dos hindus. O império Munghal pereceu e foi “trocado” pelos Marathas, que também sucumbiu perante o plano de dominação inglesa (ALVES, PONTÉ E APARECIDO, 2019, p. 3).

A dominação britânica utilizou-se do método “dividir para reinar” estimulando as contradições existentes entre hindus e muçulmanos. Diante desse processo, nasceu a Teoria das Duas Nações, onde a religião seria tomada com fator preponderante na determinação das

identidades nacionais de hindus e muçulmanos.¹³ Sob esse contexto se radicalizou a aspiração de se criar m Estado muçulmano. Acerca disso Anúnciação (2013) afirma:

“[...] Durante a década de 1930, antes da primeira guerra Indo-Paquistanesa, Índia e Paquistão foram lideradas por abeças pensantes e motivados a uma corrida política paralela conhecida como “teoria” das duas nações. Desenvolvida pela Liga Muçulmana em contraposição ao Congresso Hindu. Este evento simbolizou o primeiro passo responsável por gerar a luta pela identidade nacional” (ANUNCIACÃO, 2013, p. 49).

No ano de 1858 a Companhia das Índias Orientais deixou de administrar a região, esse controle passou a ser diretamente da coroa britânica e os processos que demandavam uma luta ela independência começaram em 1885, ano em que foi criado o Congresso Nacional Indiano que, posteriormente, se tornaria o Partido do Congresso, segundo Magnoli (2004). Conforme o autor, o Congresso Nacional Indiano era a visão da representatividade nacionalista hindu. Não obstante, em 1906, nasce a Liga Muçulmana que seria “a organização nacionalista baseada na população muçulmana” (MAGNOLI, 2004, p. 156).

O processo de descolonização, segundo Magnoli (2004), é decorrente a ascensão e fortalecimento de movimentos nacionalistas na Ásia e África. Esse nacionalismo, afirma o autor, obteve premissas e temáticas novas, diferenciando-se radicalmente da centralidade europeia. Magnoli afirma que:

“A descolonização percorreu dois caminhos principais: o primeiro, baseado na retirada voluntária da potência colonial, com a concessão da independência; o segundo, baseado em guerras de libertação conduzidas por movimentos nacionalistas nas colônias. O exemplo mais importante do primeiro caminho é o da independência e partição da Índia britânica” (MAGNOLI, 2004, p. 155).

2.3- A partição do Raj Britânico ou Índia Britânica

De acordo com Magnoli (2004) a dissolução da Índia britânica, em 1947, acelerou o processo de descolonização na Ásia. Em meados da 1ª guerra mundial, os nacionalistas, na crença da prerrogativa da independência e na alusão à autonomia indiana, mantinham-se fiéis a coroa britânica. Porém, posteriormente terminada a guerra, o governo inglês declarou o Rowlatt Act¹⁴ que promulgava reprimir violentamente todas as tentativas de emancipações anticoloniais. Diante disso, Magnoli (2004) afirma que a meta principal do Partido do Congresso passou a ser a independência. Sob o comando partidário de Jawaharlal Nehru, ao

¹³ STORY OF PAKISTAN. The Ideology of Pakistan: Two-Nation Theory. Story of Pakistan, 1 jun. 2003.

¹⁴ Sob o contexto dessa promulgação emergiu a liderança de Gandhi. (Magnoli, 2004, p. 156)

fim da 2ª Guerra Mundial, o Partido do Congresso encontrava-se completamente introduzido no seio da população hindu e Nehru, juntamente com Gandhi, defendia “a unidade da Índia independente” (MAGNOLI, 2004).

Todavia, a posição tomada pela Liga Muçulmana, se radicalizava na aspiração da defesa da criação de um Estado propriamente muçulmano partindo da premissa da teoria das duas nações. Mohamed (2014) aponta como prerrogativa da Liga Muçulmana o pensamento de Muhammad Iqbal que justificava que apenas os muçulmanos seriam homogêneos e fortes o suficiente para poder formar uma nação, ao contrario dos hindus que apresentavam particularidades internas distintas como o sistema de castas por exemplo. Por outro lado, Oliveira (2015) apresenta o sentimento contrário dos hindus no pensamento de Savakar que, por sua vez, demonstrava a enaltecida de forma negativa os muçulmanos, defendendo a formação do Hindustão.

No início de Janeiro de 1947 dá-se início as negociações acerca da partição do território visando atender as duas partes dos movimentos nacionalistas (MAGNOLI, 2004). Vale ressaltar que a evolução do processo de independência se materializou pacificamente, entretanto, conforme Alves, Ponté e Aparecido (2019), o mesmo não se deu acerca da partilha do subcontinente. Essa partilha, segundo os autores, foi definida pela violência exacerbada que, concomitantemente, causou um grande fluxo migratório na região e, segundo Magnoli (2004) esse sentimento teria se agravado também como resultado da partição arbitrária de regiões históricas por parte da coroa britânica. Essa situação desencadeou também o crescente revanchismo entre Índia e Paquistão.

A partição do território ficou da seguinte forma, de acordo com Magnoli (2004): Índia com a região cuja maioria populacional era hindu e o Paquistão com duas regiões geograficamente separadas, cuja maioria populacional era muçulmana.

Na tabela a seguir percebe-se o elevado número de refugiados e de mortes decorrente dos deslocamentos populacionais advindos do processo de partição dos territórios pós colonização. Com isso, também é perceptível o nível alto de hostilidade e, conseqüentemente, um cenário complexo e violento que se aprofundou ao longo dos anos na região.

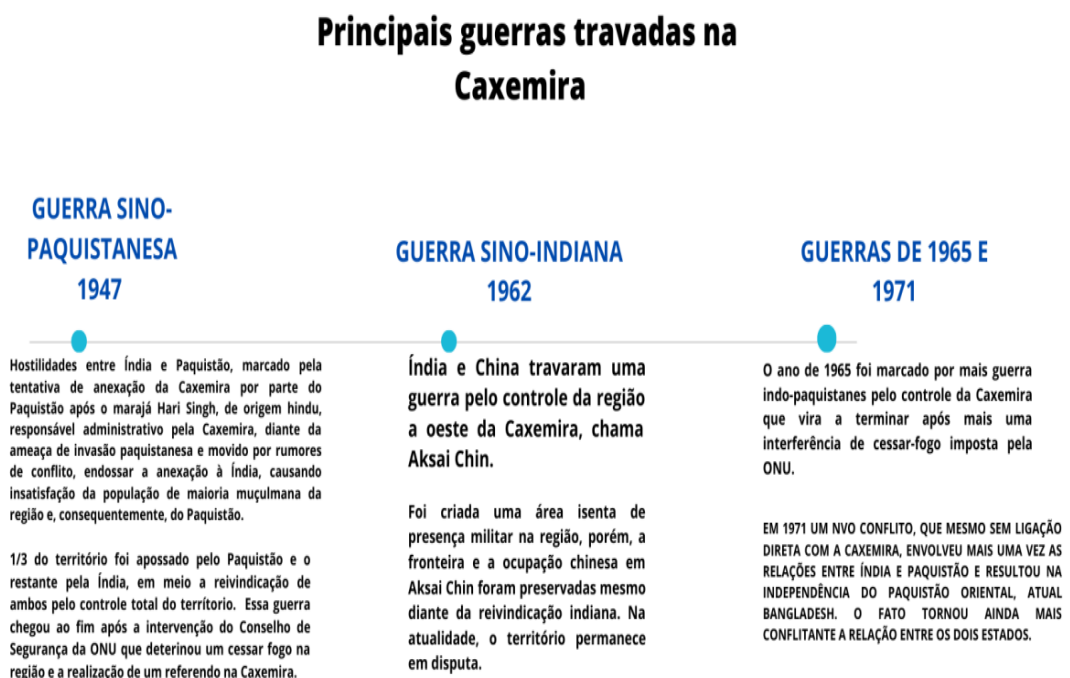
Tabela 1: Deslocamentos populacionais após a partição e saldo de mortes devido às hostilidades

Deslocamentos Índia-Paquistão	Deslocamentos Paquistão-Índia	Total de mortes ocasionadas pelo acirramento das hostilidades
6 milhões de refugiados	9 milhões de refugiados (entre esses cerca de 5 milhões de Sikhs)	Cerca de 250 mil mortes

Fonte: A autora (2020) ¹⁵

A partir da partição e com a independência em agosto de 1947, a Índia anexou diversos territórios. Nesse contexto a região da Caxemira se tornou alvo de disputa entre Índia, Paquistão e China, fundamentando ainda mais o acirramento dos conflitos e guerras fronteiriças que transbordam até a atualidade. A figura 4 mostra as principais guerras travadas pelo território caxemir levando em consideração três vertentes: a dominação indiana, as divergências indo-paquistanesas e a presença da China na disputa por uma parte da região caxemir.

Figura 4: PRINCIPAIS GUERRAS TRAVADAS NA CAXEMIRA



Fonte: A autora (2020) ¹⁶

¹⁵ A tabela foi elaborada pela autora desta pesquisa com base em MAGNOLI, 2004, p. 157

2.4- Conflitos atuais na região da Caxemira

Segundo Alves, Ponté e Aparecido (2019), as décadas de 80 e 90 foram marcadas pela consecutiva e crescente insatisfação no território caximir, marcados por conflitos internos definidos por dilemas étnicos e nacionalistas. Ocorreu, portanto mais uma rodada de acusações por parte da Índia de que o Paquistão estaria incentivando os rebeldes por meio de apoio belicoso, o que foi rechaçado pelo lado paquistanês. Isso acentuou, na ótica de Alves, Ponté e Aparecido (2019), a ascensão de três fretes: uma de defesa do Estado Independente da Caxemira, outra de defesa da anexação total da Caxemira ao Paquistão e uma terceira, em caso de impossibilidade dessa última, a possibilidade de se tornar um “Estado islâmico independente com relações estreitas com o Paquistão” (ALVES, PONTÉ E APARECIDO, 2019, p. 4).

Ainda na década de 90, de acordo com Alves, Ponté e Aparecido (2019), mais precisamente em 1999, Kargil, situada na Caxemira indiana, foi invadida por tropas paquistanesas desencadeando no Conflito de Kargil. A investida paquistanesa tinha como finalidade induzir a Índia a negociar e chamar a atenção internacional para o caso. Teve seu término marcado pela recuperação da Índia de parte do território. Segundo afirma a autora Florência Costa (2012) “a Caxemira é um vulcão adormecido que entra em erupção pelo menor pretexto”, essa fala marca o renascimento constante da situação delicada na região.

O século XXI continua marcado pelas tensões no âmago da Caxemira. Como afirma Alves, Ponté e Aparecido (2019), em 2003 houve uma concordância entre os Índia e Paquistão marcando mais uma calmaria na região atrelada à promessas de ambos os lados: pela parte paquistanesa a paralisação de financiamento a rebeldes islâmicos, e pela parte indiana a oferta de anistia aos que abdicassem do extremismo militante. De acordo com a BPC Policy Brief ¹⁷, Narendra Modi, eleito em maio de 2014 assume o poder como Primeiro Ministro indiano, advindo de uma linha nacionalista e religiosa. A eleição de Modi reacendeu as tensões entre Índia e Paquistão, principalmente em relação à disputa pela região da Caxemira, diante da política segregacionista do referido governo. O capítulo que se segue tratará com mais profundidade acerca das tensões atuais entre os atores da disputa, ressaltando a importância da Caxemira e o xadrez geopolítico que a cerca.

¹⁶ Infográfico em formato PNG produzido pela autora desta pesquisa com base em ALVES, PONTÉ E APARECIDO, 2019, p. 3-4.

¹⁷ BPC Policy Brief V.4, N°10, Edição de Agosto/2014. Disponível para download em: <http://www.bricspolicycenter.org/publicacoes/as-eleicoes-de-2014-na-india/>. Acessado em: 03/06/2020.

3- CAXEMIRA: UM JOGO DE XADREZ GEOPOLÍTICO

Como abordado anteriormente, Índia e Paquistão refutam os argumentos um do outro no que tange a posse da província fronteira de Jammu e Caxemira desde 1947 com o advento da partição formal do território. Hodiernamente os confrontos indo-paquistaneses têm se intensificado tendo em vista que, mesmo embora a Índia possua maioria territorial, o Paquistão julga que todo o composto territorial do estado de Jammu e Caxemira deve ser concebido como parte do Estado-nação paquistanês. A Índia, ao contrário, enfatiza que as ocupações e disputas territoriais do Paquistão são ilegais, pois de acordo com a ela, o estado da Caxemira desde a sua adesão à Índia é parte integrante da união deste país.

A geopolítica é um fator importante no que tange as relações entre Estados com fronteiras em comum, como é o caso de Índia e Paquistão. Essas determinações se forjam a partir do processo de divisão do subcontinente indiano em dois Estados independentes e no contexto da Caxemira como região disputada e dividida entre esses dois atores. O resultado dessa disputa é um panorama de opressão dos dois lados em relação a Caxemira. A importância geopolítica e o valor o território para ambos os países é a chave da instabilidade e insegurança na região. Nas palavras de Ali (2002) “A caxemira, presa em seu apuro do tipo “nem um nem outro”, sufoca” (...), ou seja, a opressão sofrida pelo povo caxemir diante dos impasses do conflito resultam num processo de nova subalternização tendo em vista que a região fora anteriormente subalternizada pelo contexto opressor da colonização.

Vários fatores perpassam o interesse pela região da Caxemira e dentre eles está a localização geoestratégica da região que está posicionada na fronteira com China e Afeganistão e Tibet, dito isso, seu domínio representa enorme vantagem estratégica em vários níveis. A Caxemira está enraizada na mente dos indianos e dos paquistaneses como a maior questão enfrentada pelo subcontinente indiano desde a independência.

Segundo Kalis e Dar (2013), a Índia sempre resistiu ao teste de uma nação secular. O estado de Jammu e Caxemira seria, portanto, um exemplo dessa resistência. O Estado indiano entende que sem a Caxemira ele deixaria de ocupar uma posição de destaque no mapa político da Ásia Central tendo em vista que, as rotas comerciais da caravana da Ásia Central para a Índia passam pela Caxemira. Categoricamente, a Caxemira é fundamental no quesito que engloba a segurança e tem sido assim historicamente. Sua posição estrategicamente situada, coloca ao seu norte províncias com acesso direto à outras províncias a noroeste do Paquistão e ao norte de Punjab. Por ser um território mais setentrional da Índia, a região de Jammu e Caxemira é vista como uma valiosa janela por outras potências regionais, como a China,

Paquistão, Afeganistão e a antiga república soviética do Tadjiquistão. Logo, a postura oficial da Índia argumenta que o status futuro do estado de Jammu e Caxemira seria uma questão interna e que as negociações entre a Índia e o Paquistão devem ocorrer em uma estrutura estritamente bilateral.

Ainda de acordo com Kalis e Dar (2013), a região também é um ponto estratégico política e regionalmente para o Paquistão tendo em vista sua posição fronteiriça. Na visão do Paquistão essa posição estratégica do estado de Jammu e Caxemira também poderia representar, nas mãos da Índia, uma ameaça direta a integridade do país, principalmente no âmbito econômico e militar, bem como no que tange a questões relacionadas à água. Em resumo, a Caxemira é uma localização estratégica importante de onde é fácil para os dois países atacarem um aos outro visando manter seus status quo e é por isso que ambos implantaram forças pesadas na fronteira da Caxemira. Bem com num jogo de xadrez, Índia e Paquistão ensaiam suas jogadas baseadas no alcance e fortalecimento de seus interesses domésticos e regionais em busca de um xeque-mate final.

3.1- A ideologia do conflito além-território: Os Recursos Naturais

Esta sessão tem com objetivo tratar de um dos fatores de maior importância no contexto da disputa indo-paquistanesa, que são os recursos proporcionados pela região da caxemira e que, por sua vez, refletem em impactos sociais e econômicos para ambos os atores.

Os recursos naturais do território caxemir exerce extrema influência sob a disputa territorial entre Índia e Paquistão. A região da Caxemira é composta por paisagens diversificadas, com montanhas nevadas e vales de planícies verdejantes. Outro norte que agrega valor a região por estar atrelado esses recursos e também que intensifica os ânimos pela Caxemira trata sobre a hidrografia da região: a geopolítica da água é um viés que perpassa o interesse de domínio da zona de conflito. O território caxemir tem uma vasta base de desdobramentos de rios que formam rio Ganges e Indo advindos da cadeia do Himalaia, portanto trata-se de uma região essencial cujas nascentes dos rios determinam o abastecimento tanto da Índia, quanto do Paquistão. Esse “simbolismo da água” como frisa Anunciação (2013), enfatiza a utilização desse tipo de recurso para o provimento do “desenvolvimento social e econômico da população”.

Conforme Kalis e Dar (2013) a relevância do estado de Jammu e Caxemira para ambos os atores que requerem domínio deste território dentro dos parâmetros relacionados

aos recursos hídricos supracitados pode ser verificada se observarmos o mapa hidrográfico da região. Ainda segundo aos autores esses rios exercem fator preponderantemente importante no contexto agrícola refletindo economicamente tanto na Índia, quanto no Paquistão.

Imagem 5: **HIDROGRAFIA DA REGIÃO DA CAXEMIRA**



Fonte: [youtube.com/watch?v=GanEy7oUuuw](https://www.youtube.com/watch?v=GanEy7oUuuw)

A imagem 5 mostra as ramificações hidrográficas da região da Caxemira bem como seu alcance em meios aos países fronteiriços. Segundo Anunciação (2013) a importância dos recursos hídricos torna a hostilidade entre os atores ainda mais delicada. O Paquistão apresenta-se como maior dependente das águas dos rios que cortam a Caxemira. Sua importância transborda para as prerrogativas de agricultura, pesca e irrigação. Diante da questão hídrica como fator decisivo no conflito Anunciação (2019) afirma que:

“O rio Indo é responsável por irrigar em quase na sua totalidade a área do Vale da Caxemira, devido ao seu percurso extenso, afluentes e subafluentes que acabam por irrigar através de seis grandes rios uma área compreendida para além do vale, adentrando em territórios vizinhos” (ANUNCIÇÃO, 2013).

No que tange a relevância do assunto e diante de acusações por parte do Paquistão de que a Índia estaria utilizando abusivamente a água no alto curso do Rio Indo prejudicando seus projetos de irrigação, foi assinado o Tratado da Água com a mediação do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB). De acordo com Anunciação (2013): “Em relação à

relevância dos recursos naturais, foi verificada a importância que o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), dá ao fato da água ser principal motor da economia local paquistanesa e grande instrumento de produção no Vale da Caxemira”. O fator água passa a ter importância física e material, mas também sob a ótica de um elemento de identidade como cita Anunciação (2013) quando fala: “Neste contexto [Tratado da Água], a água passou a ser um elemento de identidade tanto dos povos da Caxemira, quanto nacional, tendo a sua importância atribuída a questões econômicas e sociais”. Portanto, enquanto que o Paquistão utiliza o fator hídrico em sua maior parte para a agricultura, na Índia, de acordo como relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁸, a demanda por água supera a oferta.

3.1.1 – Incompatibilidades étnicas e religiosas

Convergindo com outros conflitos regionais, a disputa pela Caxemira, além de componentes geoestratégicos vitais, envolve também fatores étnicos e religiosos, tornando a conjuntura ainda mais delicada. A respeito disso, Ganguly (2007) aborda o comprometimento indiano com o nacionalismo secular, o que determinaria para ela o valor de incluir a Caxemira ao seu território como forma de fortalecer esse secularismo e intensificar a influência indiana na região. Ao Paquistão seria igualmente importante a integração do território caximir aos seus domínios sob o argumento de que essa região se enquadra no contexto de pátria dos mulçumanos e, somado a isso, o argumento dos líderes paquistaneses de que sua nação não seria incompleta sem a inclusão da Caxemira. De acordo com Bose (2003), a Índia diante do seu secularismo reivindica a Caxemira como parte constituinte de seu território e o Paquistão alega que a Caxemira deve permanecer sob sua jurisdição devido ao pertencimento étnico e religioso da maioria da população caxemir.

Acerca do secularismo indiano, esse teria se fortalecido pelo ideário nacionalista pós-independência da coroa britânica culminando no fortalecimento da intolerância religiosa entre os povos, acerca desse sentimento Ganguly e Ji (2014) versam: “O colosso de tradições espirituais narrativas não oferece ensinamentos claros a favor da tolerância religiosa”. Essa prerrogativa de intolerância fora intensificada pelo contexto colonial que enxerga o “outro” como incomum e adverso à sociedade. De acordo com Ganguly e Ji (2014): “Como costuma suceder na maioria dos conjuntos de crenças, costumes, experiências e discursos complexos, as generalizações são variadas e podem endossar a gentileza com relação ao “outro””.

¹⁸Fonte:http://www.unesco.org/new/pt/rio20/singleview/news/united_nations_report_warns_rising_energy_demand_will_stress/. Acessado em: 27/06/2020.

De acordo com Ahmed e Chackma (2012) a divisão étnica e religiosa dentro do território caxemir e a forma com é embasada por seus respectivos representantes do lado indiano e paquistanês, respectivamente, tende a fomentar ainda mais os ânimos de adversidade.

“The population of Jammu and Kashmir is divided along ethnic, religious, and linguistic lines. The major groups are Muslims and Hindus. It is believed that division of the population along ethnic, religious and linguistic lines is one of prime factors for Kashmir conflict” (AHMED E CHACKMA 2012. p.26).

Conforme Ahamed e Chakma (2012), a população diversificada de Jammu e Caxemira inclui budistas, hindus, muçulmanos e sikhs, que por sua vez representam várias etnias, grupos de idiomas e castas com lealdades diferentes, nesse aspecto até os muçulmanos, que constituem a maioria no vale da Caxemira, estão divididos entre aqueles que desejam uma nação independente, aqueles que desejam ingressar no Paquistão e ainda outros que desejam permanecer no território indiano. Tal diversificação torna a resolução da disputa ainda mais problemática diante da dualidade dos atores: o Paquistão fundamentado na religião islâmica e a Índia gerada na ideologia secular onde a identidade hindu teve e ainda desempenha papel específico e fundamental na política desta nação. Notadamente, seguindo o pensamento de Bose (2003) o caos advindo de questões religiosas teve influência de diversos conceitos de nacionalismo que surgiram no Paquistão e na Índia e que agora se chocam pelo domínio hegemônico do estado de Jammu e Caxemira. Converte-se a ideia nacional de liberdade sob óticas de fundamentalismo religioso para reivindicar apoio popular das majorias étnicas. Diante disso diversas ideias de nacionalismo com base étnica e religiosa tem emergido na Índia e no Paquistão, alimentando o caos regional

3.2- Relações indo-paquistanesas e a relação com a Caxemira: perspectivas atuais

Ao considerar as diretrizes do conflito da Caxemira percebem-se os entrelaces das relações coloniais estabelecidas pela dinâmica opressor (colonizador) e oprimido (colonizado) relacionando-se ao âmbito da violência posta aos colonizados e, concomitantemente, a introdução da perspectiva de mundo do colonizador pelos indivíduos dominados como forma universal e natural. Isso se aplica às ações de Índia e Paquistão dentro do conflito como forma de legitimação da violência, esta aqui tratada como derivada, segundo Santos do estatuto colonial:

Esta violência nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo [...] (SANTOS, 2010. p. 27, 28).

A relação desigual entre Índia e Paquistão que reverbera sob a Caxemira é vestígio de uma relação desigual perpetrada pelo colonialismo e que mesmo após os processos de independência, tenderam a se perpetuar internamente. Essa seção visa apresentar as relações atuais do conflito no estado de Jammu e Caxemira sob um panorama pós-eleição do Primeiro Ministro Narendra Modi em 2014, tomando como recorte os acirramentos das relações entre Índia e Paquistão a partir das narrativas de 2016 a 2019.

3.2.1 Panorama do conflito de 2016 a 2017

As relações controversas entre Índia e Paquistão tomaram nova vida após acusações por parte da Índia de que o governo paquistanês estaria proporcionando ajuda a grupos separatistas e fomentando conflitos internos na região. Conforme o portal de notícias Terra (2016), as relações bilaterais entre os dois países estaria mais uma vez estremecida devido a supostos ataques a comboios indianos em território caxemir que resultou na morte de soldados indianos e sob a legação de facilitação da movimentação de terroristas na Linha de Controle com o aval do Paquistão. O governo indiano enfatizou a retomada dos embates diante da situação:

“Visto que os aspectos relacionados com a passagem de terroristas pela fronteira são centrais na situação atual em Jammu e Caxemira, propusemos que as discussões entre os secretários das Relações Exteriores sejam focadas sobre este tema”, explicou o governo indiano”. (Governo Indiano 2016- Portal Terra).¹⁹

Por outro lado o governo de Modi, ultradireita nacionalista religioso, com um discurso que visa fortalecer o secularismo indiano e a criação de um “Estado indiano unificado”, tem investido maciçamente na anexação total do território caximir. Conforme o G1(2016)²⁰, a Índia orquestrou ataques “cirúrgicos” na Caxemira como forma de resposta ao ataque do Paquistão à base de Uri. Nawaz Sharif, Primeiro Ministro paquistanês, repudiou as investidas do vizinho sob a alegação de agressão sem justificativa e tentativa de abalo da soberania do

¹⁹ <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/india-rejeita-proposta-de-dialogo-com-paquistao-sobre-situacao-da-caxemira,5f0dd0b3dfe17a3b7f0100bf4bcea078a6ack5fn.html>. Acessado em 09/06/2020.

²⁰ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/india-anuncia-ataques-na-caxemira-e-provoca-revolta-do-paquistao.html>. Acessado em 09/06/2020.

seu país através de “disparos transfronteiriços.” Iniciou-se, portanto a nova perspectiva do conflito na década atual, a partir de trocas de acusações pautadas nos interesses geopolíticos.

Tal cenário de renovação dos parâmetros conflituosos gerou a preocupação dos líderes de Instituições Internacionais, mas especificamente a Organização das Nações Unidas (ONU), à época liderada por Ban Kin-mom. O secretário- Gera da ONU demonstrou preocupação acerca do aumento das tensões indo-paquistanesa e com a quebra do cessar-fogo na Linha de Controle (LOC), afirmando que é importante o uso da diplomacia para solução das controvérsias entre os atores, principalmente em relação a Caxemira, de forma pacífica²¹. A ONU mantém observadores na região de maneira institucional na tentativa de monitorar a resolução do Conselho de Segurança das Organizações das Unidas no território em litígio. Sobre isso:

“O mandato do Conselho de Segurança estabelecido na resolução 307 de 1971, o Grupo de Observadores Militares da ONU na Índia e no Paquistão (UNMOGIP) observa e relata violações de cessar-fogo ao longo e através da Linha de Controle e a fronteira de trabalho entre os vizinhos do sul da Ásia em Jammu e Caxemira, bem como relata desenvolvimentos que podem levar a violações de cessar-fogo” (UN NEWS, 2016).²²

À época Ban Kin-mom ressaltou os esforços da ONU para manutenção da paz no território: "as Nações Unidas estão acompanhando de perto os desenvolvimentos e compartilham as preocupações das pessoas que vivem na região pela paz." (UN NEWS, 2016). No ano de 2017 a situação não foi diferente: as hostilidades continuaram a se perpetuar, um ano após a morte de Burhan Wani (ativista pró- Caxemira, reconhecida como a militância jovem da Caxemira). Diante da troca de acusações entre governos indianos e paquistaneses, uma nova revolta eclodiu e fortes imposições foram efetuadas ao território comandado pela Índia.²³

3.2.2- Panorama do conflito de 2018 a 2019

Em 2018 a população caxemir continuou no fogo cruzado das investidas indo-paquistanesas. As metas de ambos eram explicadas pela tentativa de cercear o terrorismo implementado e fortalecido, segundo a Índia, pelo Paquistão e este por sua vez reagir aos ataques a liberdade caxemir e defender seus territórios dos indianos. Esse ano chegou a ser noticiado como o mais sangrento e violento da década, fomentando ainda mais o sentimento

²¹ <https://news.un.org/en/story/2016/09/541612-ban-urges-dialogue-and-diplomacy-both-india-and-pakistan-de-escalate-tensions>

²² Idem

²³ <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-40543846>. Acessado em 10/06/2020.

nacional da população da Caxemira. Segundo o The Washington Post (2018): “a violência está aumentando na Caxemira, à medida que a implacável busca de militantes na Índia gera alienação e raiva entre os jovens caxemires²⁴”.

Em 2019 foi o estopim do conflito atual na região de Jammu e Caxemira após um ataque suicida a um grupo da força policial indiana que acarretou dezenas de mortos, atentado este reivindicado pelo grupo separatista paquistanês Jash e Mohammed (JeM). Isso instaurou uma escalada indiana contra separatistas muçulmanos no território caxemir. O Paquistão, por sua vez, acusou a Índia de tentar eliminar a população muçulmana²⁵. Segundo, Alves, Ponté e Aparecido (2019), houve uma tentativa de diálogo entre os envolvidos (Índia, Paquistão e separatistas da Caxemira), entretanto as negociações com o Paquistão foram condicionadas a ação destes em agir na contenção de grupos militantes instaurado na região de Jammu e Caxemira.

Em Agosto de 2019 o governo indiano revogou o status especial de Jammu e Caxemira, o qual dava autonomia à região²⁶, por meio de um decreto. A situação deu novos rumos acirrou os ânimos das relações já deficientes de Índia e Paquistão. A uma tentativa do Primeiro Ministro paquistanês, Imran Khan, de uma investida diplomática, mas com ameaças de atritos nucleares são tencionou mais a situação. O governo de Modi rechaçou a interferência indiana sob a alegação de que a Caxemira é um assunto interno do país e recusando interferência externa como da ONU. O Secretário Geral da ONU, Antonio Guterrez, demonstrou preocupação e, ao mesmo tempo, deu ênfase a essencialidade responsabilizar à luz do Direito Internacional os responsáveis por atos terroristas na região, bem como a necessidade dos governos indo-paquistaneses trabalhem de forma pacífica para garantir a solução dos empasses.²⁷

Segundo a Organização não Governamental (ONG) Stand With Kashmir²⁸, foi instaurado um lockdown na região de Jammu e Caxemira privando a população de internet e telefone. As investidas indianas no território se tornaram diárias com forma de intimidar o povo caxemir e neutralizar sentimentos independentistas.

²⁴https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/2018-is-the-deadliest-year-in-a-decade-in-kashmir-next-year-could-be-worse/2018/12/22/493ff2e4-03bb-11e9-958c-0a601226ff6b_story.html

²⁵ ALVES, PONTÉ E APARECIDO, 2019, p. 5.

²⁶ Os artigos 370 e 35^a da constituição indiana que preconizava o status autonomia parcial da Caxemira e tornavam os não residentes de comprar propriedades ou estabelecerem moradia na região. (<https://www.aljazeera.com/news/2019/12/2019-changed-kashmir-dispute191230065243012.html>)

²⁷ <https://news.un.org/en/story/2019/02/1033151>

²⁸ www.standwithkashmir.org

3.3 A construção da independência da Caxemira

É fato que as assimetrias entre Índia e Paquistão são frutos decorrentes de um processo de colonização, enfatizando o pensamento de Hall (2003) quando este afirma que mesmo como o fim do período colonial não representa propriamente a quebra dos vínculos de poder discriminatório em meio a sociedades pós-coloniais, e partição com grande teor de distinções religiosas entre ambos. Todavia, hordiernamente, o conflito alcançou novos patamares, principalmente proporcionados pelo processo evolutivo desses estados que hoje se apresentam como atores interacionais dotados de armamentos nucleares, o que torna casa fase atual da disputa pelo estado de Jammu e Caxemira ainda mais delicado.

Para analisar as questões que refletem os impasses para a construção da independência da Caxemira é importante frisar a falta de representatividade no que tange a administração desta região e que assume papel crucial para a durabilidade do conflito. De acordo com Anuniação (2013), no que concerne ao âmbito da construção da identidade, a maioria islâmica do estado de Jammu e Caxemira está bem consolidada, porém no entendimento indiano essa região deve ser administrada pelo governo indiano.

Entende-se como base inicial do estado-nação o conjunto de território, população, riquezas naturais ou não encontradas dentro de suas respectivas fronteiras, diante disso o valor estratégico territorial e político de Jammu e Caxemira é de grande relevância para Índia e Paquistão e é essa relevância, de acordo com Pirani (2000) que acirra as tentativas de assimilação deste território por parte desses atores por meio da ênfase em suas óticas nacionalistas. Logo, a concepção de identidade dentro da perspectiva caximir foi transmutada como forma de expressão de uma demanda que busca determinação fortalecida por grupos contemporâneos pró-autodeterminação que podem ou não sofrer influencias externas.

Para analisar as questões que refletem os impasses para a construção da independência da Caxemira é importante frisar a falta de representatividade no que tange a administração desta região e que assume papel crucial para a durabilidade do conflito. No que concerne ao âmbito da construção da identidade, a maioria islâmica do estado de Jammu e Caxemira é está bem consolidada, porém no entendimento indiano essa região deve ser administrada pelo governo indiano.

A instauração de uma soberania²⁹ para a Caxemira pela dissolução do conflito que se estende há anos através de modelos democráticos como o proposto por modelo Lijphart (2003) acerca de democracia³⁰ consensual poderia se aplicar ao contexto de uma Caxemira livre, desde que os impasses entre os atores que a disputam sejam resolvidos. Segundo Lijphart, o modelo consensual enfatiza a negociação e abrangência. Os impasses que versam o alcance da independência caxemir não são apenas geopolíticos, étnicos e religiosos, mas recebem forte influência do caráter identitário. Logo, segundo Alves, Ponté e Aparecido (2019), as possibilidades que perpassam a solução do conflito esbarra na postura desconforme dos envolvidos.

Em conformidade com o pensamento de Ahmed e Chakma (2012), a complexa hostilidade indo-paquistanesa é tão profunda que representa a impossibilidade de uma solução com ganhos mútuos, sendo mais bem colocada por um jogo de soma-zero que representa que o ganho de um remete a perda do outro. Logo, isso poderia acarretar num negacionismo desses atores num esforço de promover o fortalecimento da independência do estado de Jammu e Caxemira. As violações de direitos humanos na Caxemira por parte de Índia e Paquistão também são fatores preponderantemente importantes que agem de forma negativa nos territórios ocupados com a intenção de enfraquecer movimentos e sentimentos de independência caxemir.

Segundo relatório do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR)³¹, no período de 2016 a 2018, tanto Índia quanto Paquistão cometeram graves violações aos direitos humanos na região de Jammu e Caxemira, inclusive com implicações de perdas de vidas civis. A Anistia Internacional³², no seu panorama regional³³, também enfatizou ações de violação na região, como discriminação, punição indiscriminada de civis, dentre outras brutalidades, como forma de sanar as atividades pró-independência. Esse processo de ‘desilusão’ com o pouco andamento do desenvolvimento e progresso dos movimentos de independência as organizações militantes tentam se manter articuladas na região. Logo, percebe-se que a interferência na divisão das colônias por parte do Império

²⁹ Soberania aqui é tratada pelo contexto de liberdade e independência.

³⁰ Livro 36 Modelos de democracia, LIJPHART (2003).

³¹ O mesmo que: Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Relatório publicado em 14/06/2018 sobre a situação dos Direitos Humanos na Caxemira de 2016 a 2018. Fonte: <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/IN/DevelopmentsInKashmirJune2016ToApril2018.pdf>. Acessado em 30/05/2020.

³² Organização não governamental que defende os Direitos Humanos.

³³ O Informe 2017/18 da Anistia Internacional traz à luz a situação dos direitos humanos no mundo em 2017. Apresentando os panoramas regionais e pesquisas em mais de 159 países. Fonte: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acessado em 30/05/2020.

Britânico foi crucial para o surgimento de um dos principais impasses que perduram até hoje na região. Processos de liberdade e independência, cuja política está pautada na finalidade principal da produção de decisões coletivamente conectadas perde seu sentido a partir do momento que governos autoritários assumem o poder ou quando a autonomia de uma região é deslegitimada de forma opressora por outro Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O contexto de autonomia (2019) não reverte os problemas que perpassam a região da Caxemira diante do conflito.
- A discordância e inexistência de mecanismos promotores de acordos de paz entre Índia e Paquistão sobre a Caxemira, dificultam os parâmetros de paz e autonomia desta.
- As ações da ONU esbarram na irredutibilidade da Índia. A Organização possui observadores na região da Caxemira como forma de controlar a situação e integrar mecanismos de discussões indo-paquistanesas, mas sem sucesso.
- Organismos Internacionais como ONU e Anistia Internacional atentam para as Violações de Direitos Humanos e o crescimento de conflitos com motivação ideológica e fragmentos terroristas na Caxemira.
- A Índia, sob o governo de Narendra Modi, afirma que a soberania sob a Caxemira é inegociável. Enquanto que o Paquistão tenta reverter a situação. A regra mais importante estabelecida pela ONU para um referendo livre e justo era que a Caxemira fosse desmilitarizada.
- A busca da Caxemira pela independência e reconhecimento tem muito a ver com a tentativa de rompimento da paralisia das negociações de paz para a região frente a disputa entre Índia e Paquistão, para que assim os mesmos sejam forçados a cumprir a resolução do Conselho de Segurança da ONU acerca da implantação de plebiscito pra escolha da população sobre seu destino.
- Soluções pacíficas para os impasses desse conflito não serão palpáveis sem a ação da comunidade internacional, da ONU e suas respectivas agências, bem como sem a vontade política dos envolvidos na disputa.
- A menos que haja uma mutua alteração na percepção dos atores, alterando assim o relacionamento entre eles nenhuma solução será plausível para o fim do conflito a médio prazo.
- Para que haja uma reaproximação de Índia e Paquistão visando a paz e a independência da Caxemira é importante uma transformação de regras visando a aceitação da coexistência pacífica. A relação entre os atores envolvidos no contexto da Caxemira pode ser modificada mediante uma mutação estrutural nas relações entre eles.
- Os desafios a serem enfrentados concernem a dar maior visibilidade e atenção aos conflitos regionais caxemires por parte dos atores internacionais como forma não somente de

determinação de ações efetivas, mas também, e principalmente, de proteção à população caxemir.

- A construção das identidades do povo caxemir se deu de maneira diversa, bem como seus vizinhos, Índia e Paquistão, aparentemente de maneira artificial, dado pelo caráter impar do processo colonial do Império Britânico. Essa artificialidade se explicaria como uma prerrogativa da criação dos referidos Estados por meio da existência da politização acerca do manejo religioso, acirrando ainda mais as relações e tentativas de pacificação da relação entre os entes envolvidos.
- Os itens pontuados no decorrer da exposição desta pesquisa teve como foco apresentar a ótica de temas poucos explorados no meio acadêmico e chamar atenção para os resquícios de uma colonização sob as sociedades oprimidas.
- Os estudos sobre a Caxemira podem continuar por diversas vertentes, levando em consideração caracteres como etnias, segurança internacional, outras abordagens teóricas, Direitos Humanos, tendo em vista que as especificidades relacionadas ao conflito tendem a se estender.
- Os estudos acerca do tema são essenciais para a imersão no contexto da teoria pós-colonialista dentro da temática que se sobressai as teorias eurocêntricas comumente explanadas nos estudos das Relações Internacionais.
- Por fim, no que tange ao estudo dos impasses para a construção da independência da Caxemira aos resultados alcançados foram parcialmente atendidos, tendo em vista os desafios que perpassam o tema tanto no âmbito de construção histórica e social, quanto de questões geopolíticas e geoestratégicas. Entretanto, os objetivos de análise se concretizaram, uma vez que, pôde-se explorar sob uma abordagem pós-colonial a causa da divisão e os fundamentos que o conflito foi estabelecido.
- É necessário uma continuidade de forma a aprofundar os estudos sobre o tema, ampliando o debate e expandindo os horizontes de possibilidades para que a Caxemira possa algum dia alcançar sua autonomia no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Saifuddin & CHAKMA, Anurug. **Kashmir Conflict: A Critical Analysis**. Society & Change Vol. VI, No. 3, July-September 2012 ISSN :1997-1052 (Print), 227-202X (Online): fonte- http://bellschool.anu.edu.au/sites/default/files/publications/attachments/2019-03/chakma_kashmir_conflict.pdf . Acessado em 20/02/2020.
- ALI, Tariq. (2002), *Confronto de fundamentalismo*. Rio de Janeiro, Record.
- ALMEIDA, Maria Eduarda Silva de. **A BRUTALIDADE DO SILÊNCIO: violação de direitos humanos à luz da ONU- caso rohingya**. 2019. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2019.
- ALVES, Rafael Queiroz; PONTÉ, João Victor; APARECIDO, Julia Mori. Os conflitos na região da Caxemira. **Observatório de Conflitos Internacionais**, v. 6, n. 5, p. 1-7, out. 2019. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/jornal---v.-6-n.-5-outubro-de-2019.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- AMIN, Samir. **L' eurocentrisme: critique d'une idéologie**. Paris: Anthropos-Economica, 1988.
- ANUNCIACÃO, Arthur Sá. **O conflito em Caxemira: uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional**. Dissertação de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. Disponível em: Acesso em: 18 set. 2019
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, vol. 1, 11ªed, UNB.
- BOSE, Sumantra. *Kashmir: Roots of conflict, Paths to peace*. HARVARD UNIVERSITY PRESS Cambridge, Massachusetts, and London, England, 2003.
- BBC. **Conflito na Caxemira: por que Índia e Paquistão disputam a região que vive nova escalada de tensão**. por que Índia e Paquistão disputam a região que vive nova escalada de tensão. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/02/27/conflito-na-caxemira-por-que-india-e-paquista-o-disputam-a-regiao-que-vive-nova-escalada-de-tensao.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2019.
- CAMBRIDGE DICTIONARY. **Lockdown**. 2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/lockdown>. Acesso em: 11 maio 1995.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais** / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2016
- COLUMBIA UNIVERSITY PRESS New York. 2001. Oxford University Press.
- COSTA, S. **Pós-Colonialismo E Différance**. In: _____. Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ufmg, 2006.

COUNCIL, Security. **Official Records of the Security Council**. Disponível em: [https://undocs.org/S/RES/47\(1948\)](https://undocs.org/S/RES/47(1948)). Acesso em: 14 out. 2019.

COSTA, Florencia. **Os Indianos**. São Paulo, Contexto, 2012.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2008

De Freitas Rodrigues, D. (2009). ESTADO, DEMOCRACIA E EMERGÊNCIA DA IDENTIDADESE NACIONAIS INDIANA E PAQUISTANESA NO CENÁRIO PÓSCOLONIAL. CSONline - **REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, (2). Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17042>

ELÍBIO, Antônio; ALMEIDA, Carolina. **Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais**. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, out./dez. 2013, p. 05-11. (Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo/article/viewFile/2684/2317>), Acesso em 04 de abril de 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERNÁNDEZ, Guillermo Domínguez. **Imperio Británico: la india victoriana (1837-1901)**. 2017. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Facultad de Letras y de La Educación, Universidad de La Rioja, Espanha, 2017. Disponível em: https://biblioteca.unirioja.es/tfe_e/TFE002434.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

GANGULY, Sumit e JI, Mukher. **A Índia desde 1980**. Tradução Cristina Cavalcanti. 1ªed. Editora Apicuri, Rio de Janeiro, 2014.

GANGULY, Sumit. **Conflict Unending: Indian-Pakistan tensions since 1947**. COLUMBIA UNIVERSITY PRESS New York. 2001. Oxford University Press.

GANGULY, S. (2007). **The Roots of Religious Violence in India, Pakistan and Bangladesh**. London. Routledge.

HALL, Stuart. Da Diáspora. **Identidades E Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação Da UNESCO No Brasil, 2003.

IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS) Volume 9, Issue 2 (Mar. - Apr. 2013), PP 115-123 e-ISSN: 2279-0837, p-ISSN: 2279-0845. www.Iosrjournals.Org www.iosrjournals.org 115 | Page Geo-political Significance of Kashmir: An overview of Indo-Pak Relations. Fonte: <http://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol9-issue2/O092115123.pdf> Acessado em 22/02/2020.

International License Review of Published Literature on Conflict in Kashmir, Asymmetry in War, Conflict Resolution, & Armed Forces in Transition. Amitabh Hoskote, **International Journal of Research in Engineering, IT and Social Sciences**, ISSN 2250-0588, Impact Factor: 6.452, Volume 08 Issue 05, Maio 2018, P. 74-80. Disponível em: <http://indusedu.org> Page 74.

LIJPHART, Arend. (2003), **Modelos de Democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MAIA, António Alone. O Pós-colonial a partir de Stuart Hall, Ella Shohat e Chinua Achebe. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 8, n. 12, p. 9-35, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/102432>. Acesso em: 29 out. 2019.

MEMMI, Albert. **O racismo**. Tradução de Natércia Pacheco e Manuela Terraseca. Editorial Caminho, 2003.p 119-120).

MEMMI, Albert. **Retrato Do Colonizado Precedido De Retrato Do Colonizador**. Tradução Marcelo Jacques De Moraes. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOHOMED, C. **O "Islã" como identidade nacional para a formação do Paquistão**: O pensamento político de Muhammad Iqbal e Abu'l 'Ala Mawdudi. *História*[online]. 2014, vol.33, n.1, pp.317-339

NOGUEIRA, J. P.; Messari, N. *Teoria Das Relações Internacionais: Correntes E Debates*. Rio De Janeiro: Elsevier, 2005.

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Report on the Situation of Human Rights in Kashmir**: developments in the indian state of jammu and kashmir from june 2016 to april 2018, and general human rights concerns in azad jammu and kashmir and gilgit-baltistan. Developments in the Indian State of Jammu and Kashmir from June 2016 to April 2018, and General Human Rights Concerns in Azad Jammu and Kashmir and Gilgit-Baltistan. 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/IN/DevelopmentsInKashmirJune2016ToApril2018.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

OLIVEIRA, Ingrid Araújo de. **CULTURA DO ESTUPRO NA ÍNDIA MODERNA** Pós-colonialismo, Feminismo e o Governo Narendra Modi. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Damas de Instrução Cristã. p.16. 2018.

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro De Santos. A nação hindu e o outro muçulmano na obra de V. D. Savarkarc. Belo Horizonte: **Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**. Abr-jun2015, Vol. 13 Issue 38, p.750-770. 21p

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introdução à história das Relações Internacionais**. Saraiva, 1ª ed, 2014

SAID, Edward W. (1990) **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (2010), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.

Stand with Kashmir. **ONG**. Disponível em: <https://www.standwithkashmir.org/>. Acesso em: 13 set. 2019.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações internacionais- teoria e história**. 2004. Editora Saraiva. (pag. 155-157).

STORY OF PAKISTAN. **The Ideology of Pakistan: Two-Nation Theory**. Story of Pakistan, 1 jun. 2003. Disponível em: <https://storyofpakistan.com/the-ideology-of-pakistan-two-nation-theory>. Acesso em: 09 Junho. 2020.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Tradução por: Almeida, Sandra Regina Goulart., Feitosa, Marcos P., Feitosa, André P. Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2010.

TEIXEIRA Jr. Augusto Wagner Menezes. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**, 1ª ed. Editora Intersaberes, 2017.

WANI, Gull. Discourse on Kashmir: from territoriality to :enlightened sovereignty. **Institute Of South Asian Studies**, Singapura, n. 313, p. 1-16, fev. 2016. Disponível em: https://www.isas.nus.edu.sg/wp-content/uploads/media/isas_papers/ISAS%20Insights%20No.%20313%20-%20Discourse%20on%20Kashmir%20From%20Territoriality%20to%20Enlightened%20Sovereignty.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

TERRA. **Índia rejeita proposta de diálogo com Paquistão sobre situação da Caxemira**. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/asia/india-rejeita-proposta-de-dialogo-com-paquistao-sobre-situacao-da-caxemira,5f0dd0b3dfe17a3b7f0100bf4bcea078a6ack5fn.html>. Acesso em: 09 jun. 2020.

UNESCO. **Relatório das Nações Unidas adverte que a crescente demanda de energia afetará os recursos de água potável**. 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/united_nations_report_warns_rising_energy_demand_will_stress/. Acesso em: 27 jun. 2020.